

# **Monitoramento do Plano de Gestão da PGT 2023–2025**

Agosto de 2025

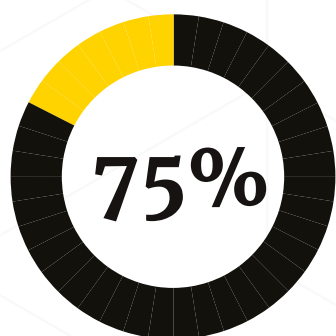
# ■ Sumário

|                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| ■ Eixo 1 – Panorama das iniciativas da Gestão Finalística            | 3  |
| ■ Eixo 2 – Panorama das iniciativas da Gestão Administrativa         | 4  |
| ■ Eixo 3 – Panorama das iniciativas de Proteção Institucional        | 5  |
| ■ Eixo 4 – Panorama das iniciativas de Diversidade/Inclusão          | 6  |
| ■ Eixo 5 – Panorama das iniciativas da Comunicação Interna e Externa | 7  |
| ■ Eixo 1 – Iniciativas da Gestão Finalística                         | 8  |
| ■ Eixo 2 – Iniciativas da Gestão Administrativa                      | 19 |
| ■ Eixo 3 – Iniciativas da Proteção Institucional                     | 46 |
| ■ Eixo 4 – Iniciativas da Diversidade/Inclusão                       | 48 |
| ■ Eixo 5 – Iniciativas da Comunicação Interna e Externa              | 52 |

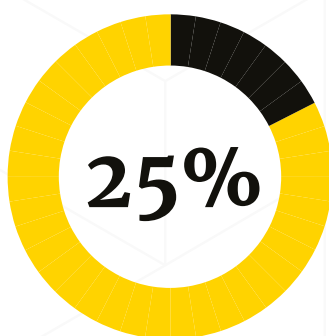
# Panorama das iniciativas na Gestão Finalística

**100%** de iniciativas já finalizadas ou em andamento.

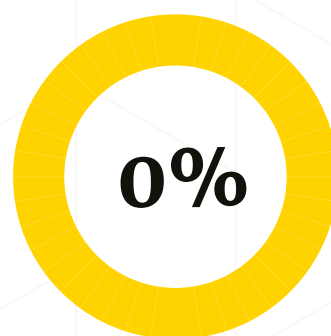
---



9 iniciativas finalizadas



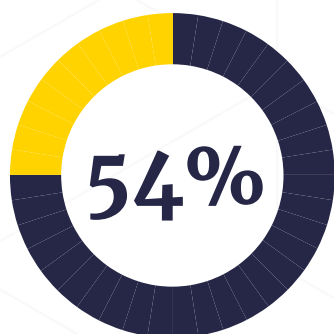
3 iniciativas em andamento



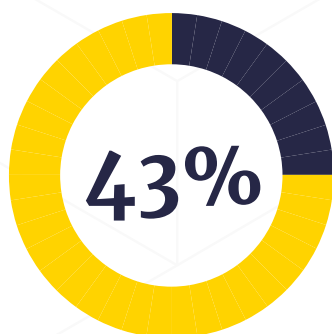
0 iniciativas não iniciadas

# Panorama das iniciativas na Gestão Administrativa

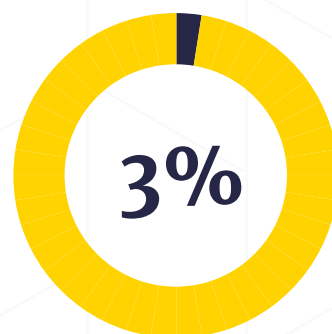
**97%** de iniciativas já finalizadas ou em andamento.



17 iniciativas finalizadas



14 iniciativas em andamento

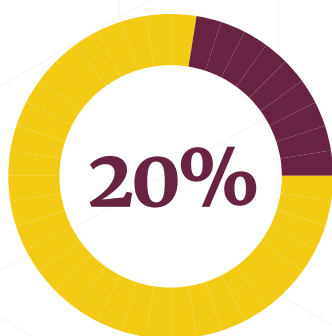


1 iniciativa não iniciada

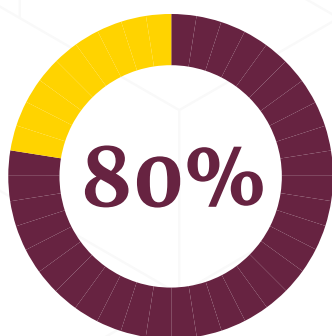
# Panorama das iniciativas na Proteção Institucional

**100%**

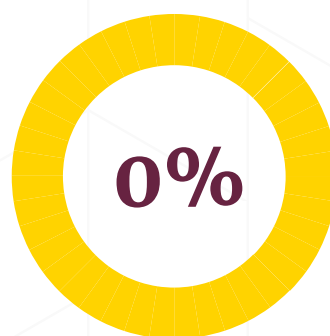
de iniciativas já finalizadas ou em andamento.



1 iniciativa finalizada



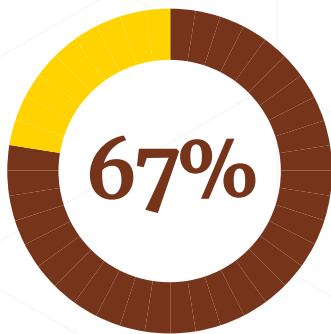
4 iniciativas em andamento



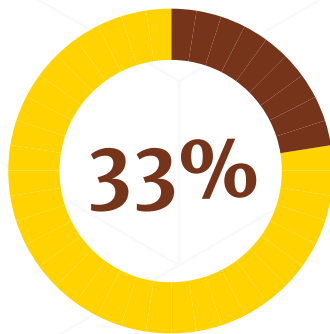
0 iniciativas não iniciadas

# Panorama das iniciativas em Diversidade/Inclusão

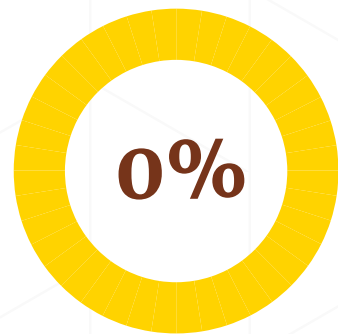
**100%** de iniciativas já finalizadas ou em andamento.



4 iniciativas finalizadas



2 iniciativas em andamento

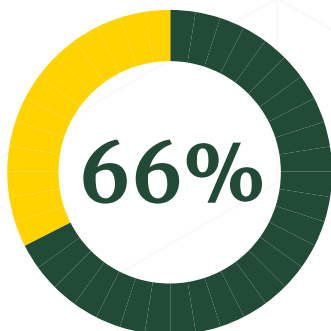


0 iniciativas não iniciadas

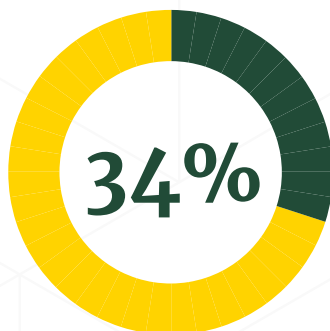
# Panorama das iniciativas na Comunicação Interna e Externa

**100%** de iniciativas já finalizadas ou em andamento.

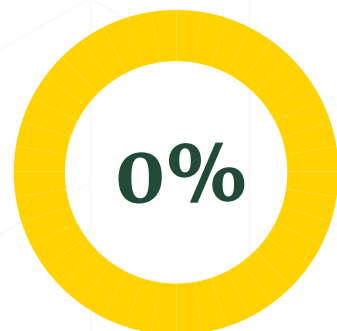
---



4 iniciativas finalizadas



2 iniciativas em andamento



0 iniciativas não iniciadas

# ■ Eixo 1 – Iniciativas da Gestão Finalística

## 1.1 Seguir fomentando a atuação resolutiva e a cultura institucional orientada à obtenção de resultados sociais relevantes, promovendo, de forma sistematizada, a visibilidade nacional das boas práticas institucionais;

**Projetos, GTs e GEs:** Em relação aos Instrumentos estratégicos, a SGE atuou na contínua atualização da página da Gestão Estratégica com informações e resultados de todos os Projetos Nacionais, Grupos de Trabalho e Grupos de Estudo, incluindo resultados alcançados dos grupos e os resultados dos indicadores dos projetos vigentes.

A SGE também promoveu melhorias significativas no monitoramento dos Grupos de Trabalho e Grupos de Estudo. Em parceria com as Coordenadorias, foram analisados os resultados alcançados, com verificação das evidências apresentadas. O percentual de cumprimento dos resultados foi calculado e publicado na página da SGE, conferindo total transparência à atuação finalística exercida pelas Coordenadorias.

Referências: Banco de Projetos e Grupos de Trabalho e de Estudo

**GAETs:** Quanto aos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAETs), a SGE coletou e consolidou os resultados dos órgãos especializados referentes aos 1º e 2º semestres de 2023 e de 2024. Os relatórios foram enviados aos Procuradores(as)-Chefes, aos Coordenadores(as) Nacionais, à Câmara de Coordenação e Revisão e à Corregedoria, além de serem publicizados na internet para garantir nivelamento de conhecimento, informações e possibilidade de réplica de boas práticas. Também foi feita a análise consolidada dos resultados do biênio 2022-2023, com identificação e cientificação do alcance das metas dos projetos estratégicos por parte dos órgãos especializados, os dados consolidados do biênio foram organizados e disponibilizados em painel BI específico. Em relação ao ano de 2024, foi feita análise do cumprimento das metas do ano, com o envio das pendências aos responsáveis como forma de garantir o alcance pleno das metas até o final do biênio. Enfatiza-se que mais uma vez foi alcançado o índice de 100% de apuração dos resultados dos GAETs.

Referência: Projetos dos GAETs

**Prêmio CNMP:** Como forma de ampliar a visibilidade nacional das boas práticas institucionais do MPT, a SGE coordenou o trabalho de inscrição das iniciativas no Prêmio CNMP. Em 2023 foram inscritas 10 iniciativas no Banco Nacional de Projetos para concorrerem à edição do Prêmio CNMP vigente, resultando em duas iniciativas premiadas, uma na categoria Sustentabilidade e uma na categoria especial Defesa do Regime Democrático. Para a edição de 2024, o MPT concorrerá com 7 iniciativas. Na edição de 2024 o MPT também foi premiado com duas iniciativas, nas categorias Integração e articulação e Transversalidade dos direitos fundamentais.

Para a edição de 2025, o MPT concorrerá com 7 iniciativas. Para essa edição, foi publicada a Resolução nº 308/2025, que atualizou as normas do Prêmio CNMP. Entre as principais inovações, destaca-se a reorganização das categorias de premiação, que passam a ser classificadas da seguinte forma: Atuação Finalística do Ministério Público; Atividade Administrativa; e Categoria Especial.

Referência: Página da SGE com informações referentes ao Prêmio CNMP

**Painéis de Informações Gerenciais:** Buscando facilitar a comunicação e a mensuração dos resultados estratégicos alcançados pelo MPT, além de promover, de forma sistematizada, a visibilidade nacional das boas práticas institucionais foram desenvolvidos painéis gerenciais da estratégia. A SGE tem constantemente construído e melhorado os Painéis de Informações Gerenciais. Esses painéis são ferramentas analíticas importantes que possibilitam o acesso fácil e transparente a dados e informações. Informações sobre os Painéis disponibilizados:

- Painel dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista – GAETs: possibilita a visualização dos resultados dos indicadores dos projetos nacionais e regionais executados pelos GAETs a cada semestre, além de análise de conformidade com as metas propostas. As informações podem ser filtradas e agrupadas por diversos critérios, permitindo aos Coordenadores Nacionais e Procuradores(as)-Chefes um acompanhamento detalhado e orientado para a melhoria da atuação. Em 2024, o painel foi ampliado para conter os resultados bianuais dos GAETs referentes ao período de 2022-2023. Esta atualização proporciona um resumo abrangente dos resultados alcançados, possibilitando uma análise robusta do desempenho dos GAETs no âmbito do MPT.

- Paineis dos Planos de Gestão das Unidades (PGUs): possibilita o acompanhamento das iniciativas dos PGUs, desdobramentos do Planejamento Estratégico nas PRTs. O painel permite monitorar a situação de cada iniciativa e os resultados alcançados, oferecendo uma visão integrada por período e Unidade de interesse.
- Paineis da Estrutura de Processos de Trabalho do MPT: oferece uma visão agregada das principais ferramentas de gestão de processos, incluindo Cadeia de Valor, Arquitetura de Processos e Portfólio de Processos, correlacionando os elementos na perspectiva de desdobramento. As informações constantes neste painel consolidam o sistema de processos do Órgão como um repositório oficial de processos mapeados, além de facilitar a consulta, o compartilhamento de experiências e a disseminação de boas práticas relacionadas a Gestão de Processos.
- Paineis das Coordenadorias Temáticas Nacionais: voltado para os Planos de Ação das Coordenadorias, este painel permite a visualização das iniciativas executadas, detalhando a situação de cada uma: em andamento, finalizada ou não iniciada.

Referência: Painéis de Informações Gerenciais

**Atualização da Cadeia de Valor do MPT:** foi publicada a Portaria PGT nº 168/2025 que atualizou a Cadeia de Valor do Ministério Público do Trabalho (MPT), instrumento que organiza os processos de trabalho da instituição em macroprocessos interligados, com vistas ao cumprimento de seus objetivos. A revisão, conduzida pela SGE, buscou maior eficiência e alinhamento às diretrizes nacionais, bem como a inclusão de descrições para maior clareza sobre sua abrangência, conexões e contexto.

A nova Cadeia de Valor está estruturada em quatro segmentos: I – Macroprocessos Finalísticos; II – Macroprocessos Gerenciais; III – Macroprocessos de Apoio; IV – Valores Públicos Gerados. Reflete o amadurecimento da gestão de processos no MPT e reforça o compromisso com a melhoria contínua, visando melhor entrega de valor à sociedade.

Referência: Cadeia de Valor

**Atualização do portfólio de processos de trabalho** com fluxos de processos finalísticos: Com o objetivo de sistematizar e conferir visibilidade aos processos de trabalho do MPT que impactam a sociedade, a SGE mantém atualizado o realizou a atualização do portfólio de processos de trabalho finalísticos mapeados do Órgão. Com a publicação da nova Cadeia de Valor e a atualização da Arquitetura de Processos do MPT, o Portfólio de Processos foi revisado, incorporando a reclassificação de processos e novos recursos no Painel de Informações Gerenciais, como estatísticas de gargalos e oportunidades de melhoria nos fluxos. Além disso, foi incluída a geolocalização dos mapeamentos por unidade regional. O portfólio já conta com 354 fluxos publicados e 23 processos em mapeamento. Entre os órgãos e segmentos mapeados estão a Câmara de Coordenação e Revisão, as Coordenadorias Temáticas Nacionais, Gabinetes dos Subprocuradores(as)-Gerais, além de diversas secretarias, como as de Planejamento, Relações Institucionais, Treinamento, Pesquisa e Gestão Socioambiental. Também foram inseridos fluxos de processos diagramados no projeto de Mapeamento e Redesenho de Processos da PGT, desenvolvidos nos anos de 2008 e 2009, que serviram de base para o sistema MPT Digital Finalístico. Os processos foram classificados na Arquitetura de Processos e as imagens dos fluxogramas foram organizadas e publicadas na página da gestão estratégica do MPT. Foram levantados os processos mapeados em 2008 e 2009 no projeto da PGT, que deu origem ao MPT Digital Finalístico. Os fluxos foram classificados na Arquitetura de Processos e publicados na página da gestão estratégica do MPT.

Referências: Processos Mapeados e Painel de Informações de Processos.

**Fomento à atuação integrada nacional mediante Planos de Gestão das Unidades:** Com a coordenação da SGE para alinhamento das iniciativas a nível nacional, foi feito o desdobramento do Planejamento nas Unidades Regionais e agora as 24 PRTs dispõem de Planos de Gestão com iniciativas de alta relevância para o órgão. Portanto, pela primeira vez foi realizada a replicação dos indicadores nacionais e o estabelecimento de metas de maneira que nacionalmente sejam priorizados os objetivos comuns da instituição. Sob a coordenação da SGE, foi conduzido o desdobramento do Planejamento

nas Unidades Regionais, para promoção do alinhamento das iniciativas em âmbito nacional. Como resultado, as 24 Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) passaram a dispor de Planos de Gestão com iniciativas de alta relevância institucional. Pela primeira vez, realizou-se a replicação dos indicadores nacionais e o estabelecimento de metas padronizadas, de modo a garantir a priorização dos objetivos estratégicos comuns em todo o Ministério Público do Trabalho. Além disso, um dos destaques de 2025 foi o monitoramento dos resultados dos Planos de Gestão. Até junho (2025), todas as Unidades realizaram Reuniões de Análise Tática em seus respectivos colégios, nas quais foram avaliados os resultados obtidos em 2024. Os resultados de cada PRT, bem como as atas das reuniões com as análises realizadas, estão disponíveis na página da Gestão Estratégica.

Referência: Planos de Gestão das 24 Unidades Regionais alinhados ao Planejamento Nacional, por meio de indicadores e metas. Resultados 2024. Atas das Reuniões de Análise Tática

**Medição dos Indicadores Estratégicos comparados às Metas Nacionais (2023):** Para garantir visibilidade ao desempenho da instituição, no primeiro semestre de 2024, foram mensurados os valores dos 51 indicadores presentes no Planejamento Nacional, relativos ao ano de 2023, e comparados com as respectivas metas. Quanto aos indicadores finalísticos, houve o alcance de 54% das metas. E em relação aos estruturantes, o alcance das metas ficou em 67%. Em março de 2025, houve novo monitoramento referente aos valores obtidos em 2024. Em 2025, 62,5% das metas finalísticas temáticas (OE1 a OE8) foram cumpridas em 2024. Um acréscimo de 8.5 pontos percentuais em relação ao resultado do exercício de 2023. Em 2024 as metas estruturantes cumpridas representaram 51,8%.

Referência: Indicadores Estratégicos e Resultados

#### **Cumprimento integral das Recomendações formuladas pelo CNMP em Correição de Fomento à**

**Resolutividade:** Em junho de 2024, o MPT recebeu relatório final da Corregedoria Nacional do CNMP que foi realizada com o intuito de fomentar boas práticas resolutivas. Nesse relatório constavam 55 recomendações. O MPT prestou todas as informações e respectivas evidências acerca da implementação de indicadores, de planos de ação das Coordenadorias Nacionais Temáticas, da forma de trabalho por projetos, por parte de membras e membros, que contempla informações transparentes e sistematizadas. As informações prestadas foram aprovadas e o procedimento arquivado pelo Corregedor Nacional.

Referência: Decisão do Corregedor Nacional (intranet)

**Reunião de Análise da Estratégia (RAE):** Na RAE, em sua edição de 2024, foi apresentado o novo Planejamento Estratégico 2023–2030, com destaque para a ampliação dos objetivos estratégicos finalísticos e para os indicadores e metas estabelecidos como opções de Política Institucional. Na reunião também foram mostrados números sobre arquivamentos liminares e Notícias de Fato. Outros pontos abordados na reunião foram os resultados de 2023, oportunidade em que foram mostrados os valores gerais referentes aos indicadores (os valores de cada indicador e sua meta foram disponibilizados aos participantes); e os resultados relativos ao cumprimento dos Grupos de Trabalho. Na RAE 2025, que consolida os resultados alcançados em 2024, destacou-se o desempenho nos resultados finalísticos, com 62,5% das metas temáticas atingidas. Outros dados apresentados no incluem: Resultados dos Planos de Gestão das PRTs em 2024; Desempenho dos Projetos Nacionais e GAETs; Indicadores monitorados pela SGE, como o número de Notícias de Fato (NFs) instauradas e o percentual de indeferimentos. Em relação às NFs, observou-se um acréscimo de 9,14% em 2024 em comparação a 2023, o que sinaliza um aumento na demanda da sociedade pelos serviços do MPT.

Referência: Repositório Reunião de Análise da Estratégia RAE 2024 e 2025.

**Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs):** A partir do empenho conjunto entre SGE e as Procuradorias Regionais do Trabalho, foram feitas as RATs referentes aos resultados das regionais no exercício de 2023, dando continuidade ao processo de monitoramento dos PGUs. Para as reuniões ocorrerem, a SGE articulou e orientou as Assessorias de Planejamento e Gestão Estratégica (APGEs) das unidades regionais para fazerem a coleta padronizada de dados sobre a situação de iniciativas constantes do PGU vigente em 2023 e dos resultados obtidos no período. Posteriormente, foi realizada a consolidação desses dados em painel BI criado pela SGE para apresentação dos resultados das Regionais. Os registros desse trabalho extenso constam na página da SGE. Em 2025 ocorreu novo ciclo de monitoramento. Em 2025, as 24 Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) realizaram Reuniões de Análise Tática (RATs) para avaliar os resultados do exercício de 2024. As análises foram conduzidas pelos respectivos Colégios

de Procuradores e abrangeram indicadores e metas tanto finalísticos quanto administrativos. Dentre os principais pontos analisados, destacam-se os indicadores de resolutividade, duração média dos procedimentos e o cumprimento das metas dos projetos GAETs. As atas das RATs, contendo a análise dos resultados e as propostas de encaminhamento, estão disponíveis na página da Gestão Estratégica.

Referência: Resultados Regionais, RATs

**Comunicação do Planejamento Estratégico:** Com o objetivo de publicizar o Planejamento Estratégico Institucional e seus desdobramentos, é realizada constante atualização ao site do MPT, onde é possível consultar normativos; o Planejamento nacional e os planos regionais (PGUs); atas de reuniões de análise (RAE e RAT), consolidados com indicadores, metas e valores observados e ficha dos indicadores. Além disso, foi elaborado um caderno dedicado ao Planejamento Estratégico que visa comunicar os elementos do planejamento e os alinhamentos com o Planejamento do MPT com o Planejamento Nacional do MP Brasileiro e com a Agenda 2030 da ONU. Com o objetivo de conferir ampla transparência ao Planejamento Estratégico Institucional e seus desdobramentos, o site do MPT passa por atualizações contínuas. Nele, é possível consultar os normativos vigentes, o Planejamento Estratégico Nacional, os Planos de Gestão das Unidades (PGUs), bem como as atas das Reuniões de Análise Estratégica (RAE) e Tática (RAT), contendo indicadores, metas, valores observados e fichas técnicas dos indicadores. Adicionalmente, foi elaborado um caderno institucional dedicado ao Planejamento Estratégico, com o propósito de comunicar de forma clara os principais elementos do planejamento, evidenciando seu alinhamento com o Planejamento Nacional do Ministério Público Brasileiro e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Referência: PEI 2023-2030

## ● Finalizado

### 1.2 Seguir aprimorando a elaboração e a padronização de indicadores de resultado na atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, estimulando que órgãos setoriais e cada Regional implementem e monitorem seus Planos Gerais de Atuação da unidade;

**Padronização dos indicadores dos GAETs:** Realizado trabalho conjunto entre a SGE e as Coordenadorias Temáticas Nacionais, permitindo fazer com que as medições dos Projetos Nacionais sejam aferidas regionalmente via GAETs, inclusive com metas semestrais. A SGE realizou, quanto aos projetos nacionais, uma avaliação crítica sobre os indicadores de cada projeto, por meio de reuniões específicas para discussão detalhada acerca dos elementos que compõem o planejamento do biênio de cada projeto afeto a GAET. O objetivo é facilitar o processo e divulgar ao máximo as estatísticas e dados para que os indicadores representem de fato. Assim, fazer com que eles traduzam o que se busca em termos de melhoria de atuação e não sejam apenas números que obedecem a uma mera formalidade. O resultado desse trabalho pode ser conferido nas Diretrizes dos GAETs.

Referência: [Diretrizes dos Projetos GAETs](#)

**Planos de Gestão das Unidades:** As Procuradorias Regionais do Trabalho instituíram o Plano de Gestão da Unidade (PGU) para o biênio 2024-2025, plano previsto na Portaria de Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPT (Portaria PGT Nº 997.2023), com vistas a concretizar o Planejamento Estratégico nas Regionais. Para subsidiar a elaboração do PGU, a SGE elaborou e disponibilizou diagnóstico para cada Unidade de maneira que elas conhecessem e consideram a realidade local na organização do documento; diretrizes para auxiliar as Regionais; e modelo de PGU. Outra ação foi a de contato permanente com os Assessores(as) de Planejamento Estratégico para sanar dúvidas e auxiliar na elaboração do PGU.

Referência: [PGUs e RATs](#)

**Painel de Contribuição:** Foram elaborados e enviados às 24 Regionais os resultados de 2023 referentes aos indicadores estratégicos replicados nas Unidades. Para desenvolvimento do trabalho, foi feito um vasto estudo com levantamento de milhares de dados. Para fins de comparação, as metas nacionais de 2023 foram apresentadas para as PRTs compararem com os seus próprios resultados. Com isso,

espera-se que as Regionais façam um acompanhamento eficaz dos resultados e, a partir daí, estabeleçam iniciativas, planos e desenvolvam processos de trabalho que visem melhorar as entregas à sociedade. No início de 2025 os resultados das Regionais foram atualizados, contemplando todo o período de 2024.

Referência: PGEA 20.02.0001.0010180/2023-38

**Indicadores Estratégicos:** Constante observância aos indicadores estratégicos, que levou à inclusão de nova métrica, adequação de nomes dos indicadores, reformulação de fórmulas de cálculo e avaliação de metas. Em complemento ao indicador Percentual de recursos de revista admitidos, ainda que parcialmente, em cada Tribunal Regional do Trabalho (IE26), foi criado o indicador Percentual de recursos de revista conhecidos, ainda que parcialmente, no Tribunal Superior do Trabalho (IE51), visando o acompanhamento dos Recursos de Revista (RRs) em 2ª e em 3ª instância. Além disso, os indicadores voltados aos GAETs (Percentual de metas alcançadas nos Projetos Gaets por Coordenadoria), tiveram a fórmula de cálculo alterada para que a análise recaísse sobre o período de existência do projeto, e não mais por ano. Com isso, no primeiro ano dos projetos são considerados os dois primeiros semestres e no segundo ano, os quatro semestres de vigência do projeto. Outras atualizações, ocorreram por orientação de Órgãos de controle, caso do indicador voltado à Correição (Percentual de Ofícios correicionados de acordo com o cronograma – IE31) que teve a fórmula de cálculo alterado para se adequar ao nome do indicador. Além disso, são avaliadas as metas dos indicadores Número de PA-MED autuados (IE28), Percentual de NFs convertidas em PA-MED (IE29) e Percentual de metas alcançadas nos planos de gestão das unidades (IE37), para saber se os valores estabelecidos como referência a ser alcançada são viáveis para ou se necessitam de ajustes. Em virtude da RAE de 2025 (ano base 2024), houve atualização de indicadores estratégicos, excluindo e incluindo indicadores conforme definido em conjunto com os segmentos responsáveis pelas métricas.

Referência: Página dos indicadores da SGE

## ● Finalizado

### **1.3 Garantir o contínuo desenvolvimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Trabalho, fortalecendo os NUPIAs e as competências de negociação e de autocomposição;**

A Coordenação Nacional do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA, a cargo da Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, tem envidado esforços para a consolidação dos Núcleos Regionais e a uniformização da atuação seguindo os parâmetros fixados na Política Nacional de Autocomposição do MPT e no Protocolo de Mediação do Nupia-MPT observada a Perspectiva de Gênero, o qual, inclusive, foi submetido à edição de 2025 do Prêmio CNMP/Banco Nacional de Projetos.

Está no calendário permanente do Nupia-MPT a realização de reuniões nacionais a cada bimestre, com representantes das unidades Regionais, ambiente em que se fomenta a troca de experiências, passa-se orientações e discute-se os ajustes necessários à adequada atuação autocompositiva pelos(as) integrantes do MPT.

Ademais, há intensa atividade de discussão em fórum nacional, a exemplo da denominada “Partilha/NUPIA-MPT”, cujo encontro virtual bimestral tem o propósito da troca de experiências e alinhamento de atuação em prol da unicidade institucional. Além disso, há grupo nacional de whatsapp, que tem facilitado a pronta comunicação e esclarecimentos necessários à boa compreensão dos trabalhos a serem desenvolvidos.

A partir das capacitações realizadas em 2023 e dos cursos ministrados pelo ICFML foi possível em 2024 avançar com a implantação em todas as unidades regionais e locais do Protocolo de Mediação Observada a Perspectiva de Gênero do NUPIA-MPT, instrumento que contém as balizas da atuação do MPT em autocomposição. Ainda em 2024 o NUPIA-MPT foi apresentado por sua Coordenadora e a Assessoria jurídica às entidades sindicais, OAB e empresariado. Houve também a apresentação do Protocolo, com a devida capacitação, nas seguintes Procuradorias Regionais do Trabalho: PRT’s 2, 5, 9, 13, 15, 20 e 21.

Em 2024 houve o lançamento virtual do E-book: Atuação Mediadora do NUPIA-MPT: Casos Concretos com a aplicação do Protocolo de Mediação do MPT Observada a Perspectiva de Gênero. Além disso, o curso oferecido em 2024 pela ESMPU ("Técnicas de autocomposição: protocolo de mediação do MPT") resultou na elaboração de um E-book, cujo título é: "Mediação no Ministério Público do Trabalho – Como mediar a partir de um protocolo", com lançamento em março/2025.

Ofertados na plataforma EAD cursos de capacitação obrigatória em autocomposição, contendo módulos básico e avançado, bem como de ferramentas importantes para os trabalhos, quais sejam: Comunicação Não Violenta – CNV, Técnicas de Autocomposição para o MPT e o MPT na Autocomposição. No primeiro semestre de 2025 foram criadas 40 (quarenta) novas questões para o Curso Técnicas em Autocomposição e foi efetuada atualização dos Módulos I a III do Curso O MPT na Autocomposição, com a criação do Módulo IV contendo as normas e procedimentos do NUPIA-MPT e novas questões.

Em 2024 houve a constituição da 2ª Turma de Formação e Certificação Internacional em Mediação, realizada em parceria com o ICFML.

Ainda em 2024 foi instituído o Plano de Capacitação do Nupia-MPT com as fases inicial (cursos de capacitação obrigatória, acima mencionados), intermediária (cursos na ESMPU e Mediation Clinics, ministrado pelo ICFML para o público interno do Nupia-MPT) e avançada (certificação internacional).

Em 2025 foram aprovadas quatro ações de capacitação, sendo elas: "Mediation Clinics"; duas oficinas de mediação; curso de técnicas pela ESMPU e IV Seminário Internacional.

## ● Finalizado

### **1.4 Garantir, ainda mais e especialmente, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, a articulação para garantir que não haja esvaziamento ou desmonte de direitos sociais, redução da competência da Justiça do trabalho e da atribuição do MPT;**

- Designação do Secretário de Relações Institucionais, Dr. Rafael Dias Marques, como integrante do GT Competência;
- As ações desenvolvidas no âmbito do referido GT são registradas no PGEA 20.02.0001.0009837/2023-84;
- Reunião, em 12/12/2023, entre o MPT (PGT e SRI) e o Presidente do TST, Ministro Lélío Bentes, com vistas a adotar atuações convergentes entre os órgãos;
- Reunião, em 08/12/2023, com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para tratar de decisão do STF sobre competência da Justiça do Trabalho;
- Reunião, em 11/01/2024, com o Ministro Edson Fachin, sobre o RE 1446336 e a RCL 60620;
- Participação, no âmbito do CNJ, de reunião convocada por seu Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, sobre litigiosidade na Justiça do Trabalho.
- Consolidação, com posterior encaminhamento ao GT COMPETÊNCIA, das sugestões das Coordenadorias Temáticas Nacionais, quanto aos pontos críticos da Resolução CNJ n. 586/2024.
- Definição, gestão e monitoramento, juntamente com o GT COMPETÊNCIA, das estratégias de atuação do MPT frente ao Tema 1389 do STF. (Pejotização)

## ● Em andamento

**1.5 Seguir trabalhando, de forma articulada, com a PGR, com os outros ramos do MPU, com o CNMP, com o CNPG e com a ANPT, de forma a preservar os interesses do Ministério Público do Trabalho;**

#### **CNMP**

– Participação em **32 sessões** do CNMP;

– **105 manifestações** em processos do CNMP, destacando-se, entre elas, 65 manifestações em proposições, 10 em Pedidos de Providências, 2 em Conflitos de Atribuições, 5 em Procedimento de Controle Administrativo, 2 em Reclamação Disciplinar, além de solicitações feitas ao CNMP, encaminhamento de informações e preenchimento de formulários;

**1.6 Estimular a realização de audiências públicas e o uso de outras modalidades que garantam integração social e fortalecimento de apoio junto à Sociedade, garantindo um constante diálogo social;**

**Incremento no número de audiências públicas por meio dos GAETs:** Desde a criação dos GAETs, a SGE tem atuado intensivamente para uma melhor gestão, um acompanhamento mais próximo e efetivo e maior alcance de resultados por esse instrumento estratégico. Assim, com a implementação dos GAETs, houve aumento considerável do número de audiências públicas realizadas, contando, inclusive, com indicadores específicos para mensurar o número de audiências em alguns dos projetos. Todos os projetos podem ser consultados na página da Gestão Estratégica. Diversos projetos estratégicos executados no âmbito dos GAETs no biênio 2022–2023, e prorrogados para o biênio 2024–2025, têm ações relacionadas ao tema: Promoção da Regularidade de Notificações de Acidentes de Trabalho (Codemat), Adequação das Condições de Trabalho no Sistema Prisional (Conap), Portos Seguros (Conatpa), Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho (Coordigualdade), Empregabilidade LGBTQIA+ (Coordigualdade) e Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho (Coordigualdade).

Referência: [Projetos GAETs](#)

**Incremento na publicação dos editais e das atas de audiências públicas:** A SGE realizou ações de mobilização para que todas as unidades dessem publicidade aos editais e às atas das audiências públicas no Portal da Transparência do MPT. Como resultado, conforme Of. SDSSAF nº 20240612–01, em junho de 2024 observou-se significativo aumento na publicação de editais e atas de audiências públicas realizadas pelo MPT. Essa atuação coordenada resultou em um aumento expressivo na publicação de editais e atas, conforme registrado no Ofício SDSSAF nº 20240612–01, de junho de 2024. A análise do CNMP, no âmbito do Transparentômetro referente ao 2º semestre de 2024, também evidenciou esse avanço, com o MPT elevando seu desempenho de 75,3% em 2023 para 90% em 2024. Esses resultados refletem a efetividade das medidas adotadas e o fortalecimento da transparência institucional.

Referência: Audiências Públicas, Transparentômetro CNMP, Indicadores Estratégicos MPT

**Fortalecimento do uso das ferramentas negociais:** No Planejamento Estratégico do MPT (2023–2030), a atuação coordenada e resolutiva, bem como o uso de ferramentas negociais, são prioridades estratégicas para entregar à sociedade resultados tempestivos e socialmente relevantes. Na 1ª reunião ordinária de 2024 do Comitê de Gestão Estratégica Finalística, a diretriz para a atuação dos Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) foi um dos principais itens da pauta, destacando-se a criação de um protocolo de mediação do MPT. Este protocolo, elaborado com a perspectiva de gênero, visa atender aos objetivos estratégicos por meio do diálogo e da comunicação acessível, inclusiva e não violenta, buscando a resolução de conflitos e controvérsias. Além do Protocolo, o NUPIA conta com um Plano de Ação e um monitoramento de ações específicas frente a demandas finalísticas, como a cooperação com órgãos e organizações interessadas, como instrumentos de desdobramento do Planejamento Estratégico. Em 2025, destaca-se o lançamento do e-book “Mediação no MPT: Como mediar a partir de um protocolo”. A obra reúne artigos especializados sobre o tema e apresenta o Protocolo de Mediação do MPT, elaborado com base em princípios técnicos e observando a Perspectiva de Gênero, consolidando diretrizes para a atuação institucional na área.

Referência: [Ata CGEF 2024](#), [Plano de ação NUPIA](#), [Protocolo de Mediação \(Intranet\)](#), e-book “Mediação no MPT: Como mediar a partir de um protocolo”

**1.7 Aprofundar as articulações, no âmbito da AGU, STF e CNMP, com vistas a salvaguardar, com segurança jurídica, a prerrogativa institucional de destinações de valores de multa e de indenizações de Termos de Ajustamento de Conduta e de acordo judiciais e extrajudiciais firmados pelo MPT, garantindo a independência funcional das membras e dos membros, sempre estipulando mecanismos de fiscalização e obrigações dos entes destinatários para comprovação efetiva dos valores destinados;**

A SRI / GT Reversões acompanham a Representação nº 007.597/2018-5 no TCU, a ADPF nº 944 no STF, o Pedido de Providências nº 1.00479/2022-42 no CNMP, além de participar de reuniões e audiências referentes a esses processos, visando à defesa da prerrogativa institucional do MP.

As ações adotadas no âmbito do referido GT estão documentadas no PGEA 20.02.0001.0009575/2021-83, destacando-se em relação ao período aqui apurado\*:

- Audiência com o Ministro Dias Toffoli sobre a ADPF nº 944, em 08/08/2023.
- Audiências com o gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso e do Ministro Luiz Fux sobre a ADPF nº 944, em 09/08/2023.
- Reunião entre o MPT e a AGU, em 09/08/2023, para tratar sobre a possibilidade de acordo na ADPF nº 944, por meio do qual se possa criar mecanismo de reparação coletiva de danos trabalhistas difusos, mediante a estruturação de fundo ou conta única, com observância dos princípios da Administração e princípios orçamentários.
- Reunião entre MPT, AGU, MTE, MPO e MF, em 10/08/2023, para discutir os termos do anteprojeto de lei sobre o Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas e Promoção do Trabalho Decente.
- Audiência com o gabinete do Ministro Nunes Marques sobre a ADPF nº 944, em 14/08/2023.
- Apresentação de memoriais aos Ministros do TCU, ante a inclusão em pauta de julgamento da Representação 007.597/2018-5;
- Reunião entre MPT, AGU, MTE, MPO e MF, em 31/08/2023, para discutir os termos do anteprojeto de lei sobre o Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas e Promoção do Trabalho Decente.
- Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional criado no CNMP, para resolução consensual do Pedido de Providências nº 1.00479/2022-42 em 04/09, 26/09, 13/11 e 5/12/2023;
- Em 07/09/2023, apresentou-se, conjuntamente com AGU e MTE solicitação ao Presidente do TCU quanto à instauração de procedimento de solução consensual de controvérsias;
- Em 11/09/2023, requereu-se ao PGR a adoção de providências judiciais cabíveis, no tocante à sistemática das reversões
- Em 20/09/2023, o Procurador do Trabalho Afonso de Paula Pinheiro Rocha formulou sustentação oral perante o plenário do TCU e acompanhou o julgamento da Rep 007.597/2018-5.
- Em 25/09/2023, o GT Reversões editou a Nota Técnica nº 6, com o objetivo de analisar, de forma preliminar, os potenciais impactos do Acórdão TCU Plenário nº 1955/2023 no âmbito da TC nº 007.597/2018-5 em face das prerrogativas institucionais e atuação concreta de Membras e Membros do Ministério Público do Trabalho e integrantes do Poder Judiciário;
- Em 25/09/2023, houve expedição de ofício ao AGU acompanhado da minuta de normativo sobre o Fundo Nacional de Direitos Difusos Trabalhistas e Promoção do Trabalho Decente;
- Em 06/10/2023, houve oposição de Embargos de Declaração em face do Acórdão 1955/2023, nos autos da Rep. 007.597/2018-5;
- Em 11/10/2023, houve comunicação à PGR sobre a oposição dos Embargos de Declaração, nos autos da Rep. 007.597/2018-5;
- Reunião, em 07/11/2023, entre os integrantes do GT Reversões para discutir novas estratégias de atuação;

- Reunião, em 13/11/2023, entre a SRI e o Secretário Nacional do Consumidor, para discutir estratégias para a criação de fundo de reparação civil coletiva na área trabalhista;
- Reunião do GT/CNMP sobre reversões, em 13/11/2023;
- Reunião, em 16/11/2023, com a Procuradora-Chefe da PRT 8ª Região, para tratar sobre a implementação da Lei Estadual que cria o Fundo de Promoção do Trabalho Decente e Combate ao Trabalho Escravo no Estado do Pará;
- Reunião, em 20/11/2023, com o Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral da República, Dr. Darlan Dias, para tratar sobre destinações e os impactos da decisão do TCU em tal prerrogativa institucional.
- Reunião, em 27/11/2023, entre representantes do MPT e da CNI, para discutir soluções para a situação posta no bojo da ADPF nº 944;
- Em 27/11/2023, expedição de Ofício-circular às PRTs solicitando informações sobre destinações realizadas ao Sistema Indústria;
- Reunião, em 30/11/2023, com o Ministro Luís Roberto Barroso/STF, propondo-se a edição de uma Resolução Conjunta entre CNMP e CNJ, visando ao regramento da sistemática de destinações de recursos decorrentes de tutela civil coletiva;
- Reunião, em 06/12/2023, com o Procurador Regional do Trabalho Xisto Tiago de Medeiros Neto, sobre as destinações ministeriais;
- Reunião, em 07/12/2023, com a Secretária Geral do Contencioso do Gabinete do Advogado Geral da União, Dra. Isadora Maria Belém Rocha Cartaxo de Arruda, sobre a manifestação da AGU na ADPF nº 944;
- Reunião, em 07/12/2023, com o Consultor Jurídico do MTE, Dr. Ricardo Panquestor, sobre a emissão de parecer acerca da criação do Fundo Trabalhista de Direitos Difusos;
- Designação do Secretário de Relações Institucionais, em 12/12/2023, para integrar o Fórum Nacional das Ações Coletivas, nos termos da Portaria Presidência CNJ nº 363, de 12/12/2023;
- Reunião, em 12/12/2023, entre o MPT (PGT e SRI) e o Presidente do TST, Ministro Lélío Bentes, com vistas a adoção de atuações convergentes entre os órgãos, na temática reversões.
- Reunião, em 19/12/2023, com a Ministra Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho, para tratar da inexigibilidade do Acórdão TCU nº 1955/2023 por força dos embargos opostos pelo MPT;
- Reunião, em 19/12/2023, com o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária Dr. Gilberto Carvalho, sobre a criação do Fundo de Direitos Difusos Trabalhistas;
- Pedido de Providências formulado pelo MPT, em 22/01/2024, a fim de que fosse expedida comunicação aos magistrados trabalhistas de todo o Brasil acerca da oposição de embargos de declaração em face do Acórdão TCU nº 1955/2023, bem como de seus efeitos suspensivos;
- Reunião, em 29/01/2024, dos integrantes do GT Reversões a fim de traçar novas estratégias de defesa das prerrogativas institucionais do MPT, quanto às destinações de recursos;
- Reunião, em 31/01/2024, entre o MPT e o MTE sobre a tramitação do Fundo Trabalhista destinado a receber recursos de condenações pecuniárias no âmbito de Ações Cíveis Públicas;
- Encaminhamento de insumos aos MTE, em 02/02/2024, sobre o Fundo Trabalhista destinado a receber recursos de condenações pecuniárias no âmbito de Ações Cíveis Públicas;
- Reunião, em 02/02/2024, com a Procuradora-Chefe da PRT/24, Dra. Cândice Gabriela Arósio, sobre a criação do fundo estadual de direitos difusos trabalhistas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;
- Procedência, em 06/02/2024, do Pedido de Providências formulado pelo MPT perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com a consequente expedição de ofício aos magistrados trabalhistas sobre a inexigibilidade do Acórdão TCU nº 1955/2023 por força dos embargos opostos pelo MPT;

- Reunião, em 14/03/2024, com o Ministro do STF Flávio Dino, para tratar sobre a tramitação da ADPF nº 944;
- Protocolo de informações do MPT, em 01/04/2024, nos autos da ADPF nº 944;
- Em 11/04/2024, o MPT complementa o envio dos anexos relativos às informações prestadas em 01/04/2024, nos autos da ADPF nº 944;
- Prorrogação do GT Reversões, em 02/05/2024, por mais um ano; e
- Pedido de Reexame formulado pelo MPT nos autos da Rep. 007.597/2018-5, em 23/05/2024.
- Participação de reuniões mensais do Fórum Nacional de Ações Coletivas, do Conselho Nacional de Justiça, ocasião em que foi elaborada proposta de Resolução Conjunta CNJ/CNMP, sobre regras de procedimento para destinação de recursos e bens derivados de tutela civil coletiva.
- Articulação e incidência política para aprovação da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024, sobre regras de procedimento para destinação de recursos e bens derivados de tutela civil coletiva.
- Planejamento, execução e avaliação de ações a serem adotadas pelo PGT, com vistas a dar concretude à Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024;
- Edição da Nota Técnica nº 8, com o objetivo de analisar, de forma preliminar, os impactos da RESOLUÇÃO CONJUNTA CNJ/CNMP N. 10/2024, em face das prerrogativas institucionais concernentes ao modelo de reparação civil coletiva extra fundos e da atuação concreta de Membros e Membros do Ministério Público do Trabalho e integrantes do Poder Judiciário;
- Pedido de Providências formulado perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, comunicando a suspensão do Acórdão TCU nº 1955/2023;
- Reunião do GT Reversões para definir estratégias de atuação do MPT, no contexto de audiência de conciliação designada nos autos da ADPF nº 944.
- Reunião, em 16/07/2024, do GT Reversões com a ANPT, visando a alinhar a atuação institucional e associativa na audiência de conciliação designada no bojo da ADPF 944;
- Reunião, em 24/07/2024, da Comissão responsável pela adaptação da Resolução CSMPT n. 179/2020 à Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 10/2024.
- Reuniões da Comissão mista CSJT/MPT, em 29/07/2024 e 20/08/2024, com o objetivo de regulamentar o disposto nos arts. 12 e 14 da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 10.2024;
- Resposta, em 30/8/2024, à consulta formulada Pela Procuradoria do Trabalho no Município de Macapá sobre destinação de recursos para entidades internacionais.
- Resposta, em 14/9/2024, à consulta formulada pela Procuradoria do Trabalho no Município de Três Lagoas/MG sobre a possibilidade de destinação de bens e recursos a comunidades indígenas que não estejam constituídas como pessoas jurídicas.
- Resposta, em 08/10/2024, à consulta formulada pela Procuradora do Trabalho, Andrea de Sá Roriz Tannus Freitas, "sobre a possibilidade de destinação do dinheiro ao CMDCA, mais especificamente à conta da SEFAZ, por intermédio da SPMJ, para que o CMDCA, através de tomada de preços, adquira os computadores a serem destinados aos estudantes"
- Reunião, em 22/10/2024, com a Coordenadora do Fundo de Amparo do Trabalhador, Dra. Sueli Barros, para tratar da concretização da decisão liminar na ADPF 944;
- Reunião, em 23/10/2024, com o Diretor do Fundo de Direitos Difusos, Tomaz Disistzer Carvalho de Miranda, para tratar da concretização da decisão liminar na ADPF 944;
- Expedição, em 28/10/2024, de Memorando-Circular às Coordenadorias Nacionais Temáticas solicitando indicação de projetos e iniciativas no âmbito da promoção do trabalho decente para compor lista para possível alocação de recursos do FDD.

- Expedição, em 28/10/2024, de Ofício ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, solicitando providências para a concretização da Liminar proferida na ADPF 944.
- Reunião, em 07/11/2024, com a FIOCRUZ, sobre apresentação de resultados e estratégias de destinações de recursos.
- Resposta, em 02/12/2024, à consulta formulada pela Exma. Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Dra. Ana Carolina Lima Vieira, por meio da qual solicita pronunciamento sobre aspectos da aplicação da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024 e da Portaria PGT nº 1.240/2024.
- Expedição de Ofício, em 04/12/2024, para viabilizar participação do Ministério Público do Trabalho na 280ª reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – CFDD, com vistas a abordar a decisão liminar proferida na ADPF nº 944.
- Articulação junto ao Ministério da Justiça, para refinamento dos códigos de identificação dos recursos carreados ao FDD pelo Ministério Público do Trabalho e pela Justiça do Trabalho.
- Resposta, em 06/12/2024, à consulta formulada pela Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, Dra. Isabela Maul de Castro Miranda, solicitando pronunciamento quanto à possibilidade de reverter recursos oriundos da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho a sindicatos
- Resposta, em 19/12/2024, à consulta formulada pela Chefia de Gabinete da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, acerca da possibilidade de cadastramento de entidade no âmbito da unidade regional.
- Resposta, em 19/12/2024, à consulta formulada pela Exma. Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Dra. Rejane de Barros Meireles Alves, por meio da qual solicita pronunciamento quanto a aspectos da aplicação da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024, especialmente no que tange às vedações estabelecidas no art. 7º, II e art. 9º, IV do normativo
- Resposta, em 29/01/2025, à consulta formulada pelas Exmas. Procuradoras da Procuradoria do Trabalho no Município de Feira de Santana, Dra. Annelise Fonseca Leal Pereira, Dra. Geisekelly Bomfim de Santana Marques e Dra. Lydiane Machado e Silva, sobre destinações para o Projeto MPT na Escola.
- Expedição de Ofício, em 13/02/2025, solicitando à CGU a revogação do Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU ou, subsidiariamente, a suspensão do referido parecer até o julgamento definitivo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 944 pelo Supremo Tribunal Federal.
- Resposta, em 21/02/2025, à consulta formulada pela Sra. Maria Senharinha Soares Ramalho, Presidenta do Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – INPETI, quanto a orientações sobre os gastos permitidos na execução de projetos de entidades sociais.
- Expedição, em 24/03/2025, de Ofício-Circular aos Membros do Ministério Público do Trabalho apresentando o Banco de Dados do GT REVERSÕES na Intranet.
- Participação, em 02/04/2025, da Sessão de Julgamento da ADPF 944.
- Expedição, em 07/05/2025, de Ofício-Circular às Procuradorias Regionais do Trabalho solicitando indicação de dúvidas, problemas e desafios na atividade de destinação de recursos, considerando a nova dimensão normativa reguladora, regida pela Resolução Conjunta CNMP-CNJ nº 10/2024, Resolução CSMPT nº 232/2025 e Portaria PGT 1.240/2024, com vistas à formatação de curso sobre referida temática.
- Resposta, em 12/05/2025, à consulta formulada pelo Exmo. Procurador do Trabalho, Rafael de Araújo Gomes, sobre aspectos da Resolução CSMPT n.º 232, de 27 de março de 2025, que estabelece procedimentos para a destinação de valores decorrentes de decisões judiciais em ações propostas pelo MPT.
- Manifestação do MPT, em 19/05/2025, no bojo da Representação nº 007.597/2018-5 TCU.

- Reunião, em 19/05/2025, com Diretor do FDD, Vitor Guimarães, com vistas ao cumprimento da liminar na ADPF 944.
- Requerimento, em 21/05/2025 para que seja emitido parecer pela AGU, com força executória, para garantir a destinação direta de bens e recursos ao Poder Público e a consequente suspensão do Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU.
- Reunião, em 22/05/2025, com a Chefia da PRT/2ª Região, para tratar das destinações de Recursos.
- Expedição, em 22/05/2025, de Ofício- Circular às Coordenadorias Nacionais Temáticas sobre a indicação de propostas, projetos e iniciativas ao FDD, para reversões de valores.
- Elaboração da minuta de alteração da Portaria PGT n. 1240/2025 em face da superveniência da Resolução CSMPT n. 232/2025.

\*ações realizadas durante o 2º mandato do PGT José de Lima Ramos Pereira

## ● Finalizado

### **1.8 Reforçar a Coordintegração, bem como promover o debate interno sobre prioridades e formas de atuação em segundo grau, focada na relevância social e nos temas prioritários do MPT;**

Em junho de 2022 a Coordenadoria Nacional de 2º Grau passou a ser denominada Coordenadoria Nacional de Integração de 1º e de 2º grau. A alteração supracitada, através da Portaria PGT 1498.2022, ampliou seu escopo de atuação, promovendo a efetiva convergência estrutural e a aproximação entre os Coordenadores de 1º e de 2º grau.

A criação de grupos de Coordenadores de 1º e de 2º grau através da plataforma whatsapp vinculada aos telefones institucionais foi estratégia implementada com bastante êxito, haja vista que passou a permitir, com agilidade, a troca de informações e o compartilhamento de boas práticas entre os Coordenadores, permitindo, ademais, soluções para problemas cotidianos.

Outrossim, a Coordintegração, ao verificar demandas de interesse geral das Coordenadorias Regionais de 1º e de 2º grau tem tomado a frente dos pleitos, se portando, na medida do possível, como representante dos Coordenadores Regionais frente ao Procurador-Geral do Trabalho, ao CSMPT, às Coordenadorias Temáticas, à CRJ, STFC, SETIC e outros órgãos internos.

Dentre as contribuições efetivas da Coordintegração no último ano destaca-se a intervenção junto ao PGT e ao CSMPT para possível reestudo de pontos específicos da Resolução 222 do CSMPT; aperfeiçoamento das notas explicativas do Temário do MPT; a realização de curso voltado aos membros (Ações Rescisórias) e aos servidores(as) que atuam na atividade finalística, o que ocorre, atualmente, em conjunto com a Conalis e a Coordigualdade; integração entre servidores(as) que atuam na área finalística com compartilhamento de modelos de peças processuais e informações; apoio jurídico para a criação de um banco nacional de jurisprudência especificamente voltado para o MPT (ACPs); criação de comissão para padronização de normas de formatação de peças processuais; criação de banco de modelos de peças processuais (em andamento), participação em dois GEAFs juntamente com a Conafret (ACP Uber e Coordigualdade (ACP Banco Itaú) entre outras.

## ● Finalizado

### **1.9. Identificar os principais déficits de trabalho decente por setor econômico e criar políticas de atuação;**

**Constituição de Grupos de Trabalho (GTs):** Uma das formas pelas quais o MPT tem atuado no tema é com a constituição de Grupos de Trabalho. A SGE tem atuado na orientação para o melhor planejamento e no acompanhamento dos resultados dos GTs. Em julho de 2023, foi instituído, no âmbito da Conap, o Grupo de Trabalho Promoção da Integridade e do Trabalho Decente na Administração Pública, com o objetivo de promover a realização de cursos voltados aos fiscais e gestores de contratos de trabalho terceirizados do ICMBio, a fim de combater a corrupção privada nos contratos de prestação de serviços terceirizados com a Administração Pública. Já no âmbito da Conaete, foi instituído, em abril de 2024, o GT Trabalho Decente na Mineração com o objetivo

**Constituição de Grupos de Trabalho (GTs):** Uma das formas pelas quais o MPT tem atuado no tema é com a constituição de Grupos de Trabalho. A SGE tem atuado na orientação para o melhor planejamento e no acompanhamento dos resultados dos GTs. Em julho de 2023, foi instituído, no âmbito da Conap, o Grupo de Trabalho Promoção da Integridade e do Trabalho Decente na Administração Pública, com o objetivo de promover a realização de cursos voltados aos fiscais e gestores de contratos de trabalho terceirizados do ICMBio, a fim de combater a corrupção privada nos contratos de prestação de serviços terceirizados com a Administração Pública. Já no âmbito da Conaete, foi instituído, em abril de 2024, o GT Trabalho Decente na Mineração com o objetivo principal de garantir condições decentes de trabalho na mineração, em conformidade com os princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) para empresas, por meio da repressão às condições de trabalho análogo ao de escravo em minas, como foco inicial na mineração aurífera nos Estados do Pará.

Referência: [Grupos de Trabalho](#)

**Subsídios técnicos-científicos para atuação finalística:** Em março de 2024 foi criada a Secretaria Nacional de Integração e Apoio à Atividade Pericial que tem dentre seus objetivos apoiar os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho no exercício da atividade finalística institucional, prestando serviços técnico-científicos. As atividades prestadas incluem as áreas de meio ambiente do trabalho, saúde, contábil, fiscal, direitos humanos e outras que venham a ser identificadas como necessárias a partir das demandas relacionadas à atividade-fim do Ministério Público do Trabalho.

Referência: Portaria PGT 311/2024

**Iniciativa SmartLab – Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados:** Iniciativa conjunta do MPT e da OIT Brasil que tem fortalecido a cooperação com organizações governamentais, não-governamentais e internacionais que atuam na promoção dessa agenda e que precisam de informações para tomar decisões sobre as ações que desenvolvem. Em 2023 constou com itens novos os observatórios: Segurança e Saúde no trabalho, Prevenção e Erradicação do trabalho infantil e Trabalho Escravo e Tráficos de Pessoas.

Referência: <https://smartlabbr.org/>

## ● Em andamento

### 1.10. Reforçar a estruturação da atuação em demandas envolvendo questões nacionais ou suprarregionais, com vistas a um enfrentamento coletivo e integral da questão, em ordem a evitar a atuação fragmentária do MPT contra grandes empresas;

**Atuação em face de setores econômicos de âmbito nacional ou suprarregional:** Considerando que a Resolução CSMPT nº 137/2016 define como Grupo de Trabalho (GT) a reunião de um número definido de Membros para o enfrentamento concentrado de questões concretas e pontuais, em face de empresas específicas ou de setores econômicos de âmbito nacional ou suprarregional, com vistas a conferir unidade de tratamento ao problema, ou, ainda, a auxiliar os Procuradores(as) nas situações graves, complexas ou que exijam medidas especiais, urgentes ou necessárias para a solução uniforme de processos e procedimentos de assuntos afetos à Coordenação. A SGE tem apoiado e monitorado os resultados de todos os Grupos de Trabalhos do MPT. Atualmente existem 33 GTs e GEs vigentes, cujo resultados estão sendo publicizados na página da Gestão Estratégica.

Referência: [Grupos de Trabalho e de Estudo](#)

**Atuação coordenada por meio dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAET):** A atuação coordenada por meio dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAET) tem garantido o enfrentamento coletivo e padronizado, adaptado às realidades locais, das questões abordadas pelos projetos estratégicos, evitando uma atuação fragmentada do MPT. A SGE tem apoiado as coordenadorias no desenvolvimento das diretrizes e no acompanhamento dos resultados. No biênio 2022-2023, foram apurados os resultados de 649 metas. Já no Atuação em face de setores econômicos de âmbito nacional ou suprarregional: Considerando que a Resolução CSMPT nº 137/2016 define como Grupo de Trabalho (GT) a reunião de um número definido de Membros para o enfrentamento concentrado de questões concretas e pontuais, em face de empresas específicas ou de setores econômicos de âmbito nacional ou suprarregional, com vistas a conferir unidade de tratamento ao problema, ou, ainda, a auxiliar os Procuradores(as) nas situações graves, complexas ou que exijam medidas especiais, urgentes ou necessárias para a solução uniforme de processos e procedimentos de assuntos afetos à Coordenação. A SGE tem apoiado e monitorado os resultados de todos os Grupos de Trabalhos do MPT. Atualmente existem 33 GTs e GEs vigentes, cujo resultados estão sendo publicizados na página da Gestão Estratégica.

Referência: [Grupos de Trabalho e de Estudo](#)

Atuação coordenada por meio dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAET): A atuação coordenada por meio dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista (GAET) tem garantido o enfrentamento coletivo e padronizado, adaptado às realidades locais, das questões abordadas pelos projetos estratégicos, evitando uma atuação fragmentada do MPT. A SGE tem apoiado as coordenadorias no desenvolvimento das diretrizes e no acompanhamento dos resultados. No biênio 2022–2023, foram apurados os resultados de 649 metas. Já no ano de 2024, foram consolidados os resultados de 872 indicadores monitorados em todo o país.

Referência: [Painel Gerencial dos GAETs](#)

**Comitê da Atividade Finalística (CGEF) – Aprimoramento da atuação finalística do MPT, com foco na integração entre coordenadorias e instâncias:** Em março de 2025, representantes de Órgãos Superiores, de Coordenadorias Nacionais, e da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégico se reuniram para discussão do aprimoramento da atividade finalística do MPT. Ressaltado o alinhamento da atuação institucional com a aproximação das Coordenadorias Temáticas Nacionais com o 1º e 2º grau (Coordintegração), como exemplificado na atuação com a CONAFRET em ACP – pedido de vínculo de entregadores e motoristas empresas com plataforma digital; Atuação com a Coordinfância no que tange ao tema trabalho artístico e atuação junto à CONAP tema 1118 articulação com o 2º grau. Ressaltada ainda a importância das conciliações realizadas no âmbito da CRJ e a necessidade de se estabelecer uma linha mestra, uma diretriz institucional.

Referência: Comitê de Gestão Estratégica Finalística – CGEF

## ● Finalizado

**1.11. Fomentar a contínua integração contínua da base e das Coordenadorias Nacionais com a Coordintegração, CCR, a CRJ e a COI, para que haja uma sintonia necessária nas questões finalísticas afetas a cada Coordenadoria Nacional, mediante a escuta ativa e a solução das dificuldades investigativas e operacionais de ponta;**

**Mapeamento dos processos dos Gabinetes dos Subprocuradores(as) vinculados à Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ) e Coordenadoria de Órgão Interveniente (COI):** Com vistas ao compartilhamento de boas práticas e à busca por uma gestão de gabinete integrada às Políticas Nacionais do MPT, foi realizado o mapeamento de processos dos gabinetes dos Subprocuradores(as) vinculados à Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ) e Coordenadoria de Órgão Interveniente (COI). Na sequência, lista dos processos modelados e apresentados na ambientação e acolhimento aos novos subprocuradores(as):

- Tramitar processos judiciais no âmbito da CRJ (CRJ);
- Realizar tratativas conciliatórias no âmbito dos processos judiciais CRJ (firmar acordos) (CRJ);
- Impulsionar processos – ações estratégicas (CRJ);
- Preparar memorial para Sessão de Julgamento no TST (CRJ);
- Tramitar processos judiciais no âmbito da COI (COI);
- Participar de sessão de julgamento do TST (CRJ e COI);

Referências: [Processos Mapeados](#) ou [Painel Gerenciais de Processos](#)

**Comitê da Atividade Finalística (CGEF) – Atuação coordenada e com diretriz nacional:** Em março de 2025, representantes de Órgãos Superiores, de Coordenadorias Nacionais, e da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégico se reuniram para discussão do aprimoramento da atividade finalística do MPT. Ressaltado o alinhamento da atuação institucional com a aproximação das Coordenadorias Temáticas Nacionais com o 1º e 2º grau (Coordintegração), como exemplificado na atuação com a CONAFRET em ACP – pedido de vínculo de entregadores e motoristas empresas com plataforma digital; Atuação com a Coordinfância no que tange ao tema trabalho artístico e atuação junto à CONAP tema 1118 articulação com o 2º grau. Ressaltada ainda a importância das conciliações realizadas no âmbito da CRJ e a necessidade de se estabelecer uma linha mestra, uma diretriz institucional.

Referência: Sistema de Governança, Comitê de Gestão Estratégica Finalística – CGEF

**Núcleos Intercoordenadorias CRJ e COI:** Foram criados núcleos intercoordenadorias nas estruturas da Coordenadoria de Órgão Interveniente – COI e da Coordenadoria de Recursos Judiciais e Órgão Agente – CRJ. A criação foi em decorrência da necessidade de manifestação circunstanciada em processos individuais ou de natureza coletiva afetos aos projetos nacionais ou regionais das Coordenadorias Temáticas, em processos apontados como de especial relevância pelos(as) Membros(as) que atuaram como custos iuris e em processos que tratem de tema sensível para o Ministério Público do Trabalho. A criação cumpre ainda a necessidade de que, em relação a esses processos, além da emissão de parecer, haja o acompanhamento de eventuais incidentes, a interposição de recursos e a adoção de outras providências. Essa atuação finalística integrada foi item de pauta na 1ª reunião ordinária, de 2024, do Comitê de Gestão Estratégica Finalística. Em fevereiro de 2025 foi instituído o regulamento interno dos Núcleos Intercoordenadorias COI-CRJ, as atividades do Núcleo Intercoordenadorias-COI (NIC-COI) e do Núcleo Intercoordenadorias-CRJ (NIC-CRJ) se desenvolverão de forma integrada e complementar entre si, no acompanhamento de processos judiciais em trâmite no TST pelo(a)s Subprocuradore(a)s Gerais do Trabalho, observando-se as atividades ínsitas à Coordenadoria de Órgão Interveniente (COI) e à Coordenadoria de Recursos Judiciais e Órgão Agente (CRJ).

Referência: Ata CGEF 2024, Portaria PGT 2444, 27 de dezembro de 2023, Portaria PGT 202, 13 de fevereiro de 2025.

## ● Finalizado

### **1.12. Continuar a garantir recursos humanos e materiais para a realização de forças tarefas em ordem a cumprir nossas metas estratégicas, aumentando, ainda mais, o número recorde de forças tarefas que já realizamos;**

No ano de 2025, até o momento, já foram realizadas 62 (sessenta e duas) forças-tarefas, com 302 resgates (trezentos e dois).

Registre-se que, no ano de 2024, ocorreram 203 (duzentos e três) forças-tarefas, que resultaram no resgate de 1.434 (mil quatrocentos e trinta e quatro) trabalhadores(as). O número de fiscalizações foi impactado pela mobilização dos auditores-fiscais em prol da reestruturação da carreira no ano passado. Como essa instituição é responsável por centralizar as denúncias e coordenar a logística das fiscalizações, o número de ações foi diretamente afetado em comparação com o ano de 2023, quando foram realizadas 258 (duzentas e cinquenta e oito) forças-tarefas, que culminaram no resgate de 2.426 (dois mil quatrocentos e vinte e seis) trabalhadores(as).

Em 2022, foram 210 (duzentas e dez) operações, com aproximadamente 2.057 (dois mil e cinquenta e sete) resgates; já em 2021, registraram-se 161 (cento e sessenta e uma) operações, com cerca de 523 (quinhentos e vinte e três) trabalhadores(as) resgatados(as).

Observa-se que o número de operações tem aumentado expressivamente ao longo dos anos, especialmente em virtude da Operação Resgate, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e integrada pelos membros do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo. Essa operação tem possibilitado o envio de um número maior de equipes a campo em um mês selecionado de cada ano.

A expectativa é que, em 2025, ocorra a 5ª edição da Operação Resgate, oportunidade em que se pretende disponibilizar o maior número possível de membros para acompanhar as equipes do MTE. Cumpre salientar que o número de trabalhadores resgatados pode ser ainda superior ao aqui relatado, uma vez que há ações fiscais com resgates que não são cadastradas pela CONAETE.

Ainda que seja praxe desta Coordenadoria solicitar o envio dos respectivos relatórios – tanto para subsidiar a atuação dos(as) membros(as) quanto para que os dados reflitam a atuação do MPT como um todo, nem todas as informações são encaminhadas.

## ● Finalizado

### **1.13. Fortalecer o relacionamento institucional do MPT com os diversos Conselhos de Direitos, a fim de pautar a edição de políticas públicas relacionadas ao trabalho decente.**

– Solicitações endereçadas aos Conselhos de Direitos para marcação de reuniões e estabelecimento de cooperações interinstitucionais.

- Reunião, em 11/6/2024, com o Conselho Nacional da Criança e Adolescente – CONANDA, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 14/6/2024, com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 18/6/2024, com o Conselho Nacional de Saúde – CNS, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 21/6/2024, com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CNADPD, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Indicação, em 04/07/2024, de membra do MPT para participar de Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde com os (as) Presidentes e Secretários (as) Executivos (as) dos Conselhos Estaduais e Municipais (das capitais) de Saúde, no dia 05 de agosto de 2024, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 24/07/2024, com o Secretário Executivo do Conselho Nacional do Meio Ambiente, visando à aproximação institucional;
- Reunião, em 30/07/2024, com o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 05/08/2024, com o Conselho Nacional do Meio Ambiente, visando à aproximação institucional;
- Reunião, em 24/10/2024, com o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 12/11/2024, com o Superintendente do CADE, Dr. Alexandre Barreto de Souza, com vistas à concretização de cooperação interinstitucional.
- Reunião, em 03/12/2024, com o Sr. Raphael Castelo Branco, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI, sobre aproximação institucional com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre MPT e Conselho Nacional de Direitos Humanos

## ● Em andamento

# ■ Eixo 2 – Iniciativas da Gestão Adminis- trativa

**2.1. Seguir as tratativas para aprovação do Projeto de Lei nº 2.402/2023, que cria 550 cargos em comissão e 50 funções de confiança para o Ministério Público do Trabalho e a mesma quantidade para o Ministério Público Federal e seguir garantindo condições orçamentárias que permitam a nomeação de novos CCs, atingindo a meta de que todos os ofícios tenham um CC nele lotado;**

O Projeto de Lei nº 2.402/2023 resultou na publicação da Lei nº 14.810/2024, a qual criou 550 (quinhentos e cinquenta) Cargos em Comissão e 50 (cinquenta) Funções de Confiança.

#### ● Finalizado

**2.2. Garantir orçamento e prover os 12 cargos de Subprocurador(a)-geral do Trabalho e 65 de Procurador(a) Regional do Trabalho;**

No ano de 2023 foram implantados 08 (oito) cargos de Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho e 06 (seis) cargos de Procuradores(as) Regionais do Trabalho.

No ano de 2024 foram implantados 04 (quatro) cargos de Subprocuradores-Gerais do Trabalho e 16 (dezesesseis) cargos de Procuradores Regionais do Trabalho; e, no corrente exercício de 2025, já foram implantados 09 (nove) cargos de Procuradores(as) Regionais do Trabalho.

#### ● Em andamento

**2.3. Seguir transformando CC2s em CC4 abarcando a área administrativa;**

Em busca de garantir a continuidade de transformação, para CC-04, das CC-02 criadas pela Lei nº 12.321/2020 já foram autorizadas e efetivadas, em síntese, as seguintes conversões (i) 2017: 138 (cento e trinta e oito) cargos; (ii) 2023: 465 (quatrocentas e sessenta e cinco); e (iii) 2024: 1 (uma); Restam 166 cargos a serem transformados.

#### ● Em andamento

**2.4. Articular com a PGR a abertura de concurso para área pericial e para TI;**

Consoante elementos colacionados no PGEA 20.02.0001.0001377/2024-66, por meio do Ofício DG nº 1.389/2024, foi solicitada à Procuradoria-Geral da República a realização de concurso público para provimento de diversos cargos, dentre eles os integrantes das carreiras de perícia e tecnologia da informação.

O Concurso foi realizado em maio de 2025. O MPT aguarda a homologação do certame.

#### ● Finalizado

**2.5. Acompanhar e avançar na gestão orçamentária do MPT, garantindo o crescimento da Instituição, com o planejamento de gastos e constante monitoramento das despesas discricionárias de modo a manter e a ampliar os recursos destinados a diligências e deslocamentos de membros e de membras;**

Em consonância aos preceitos de melhoria contínua da gestão dos recursos orçamentários e financeiros deste Ministério Público do Trabalho, no corrente exercício de 2025, há planejamento de provisão às Unidades Gestoras Administrativas (UGA's) recursos na ordem aproximada de R\$ 188 milhões referente às despesas discricionárias. Nesse montante estão previstas as despesas com a manutenção de toda a estrutura administrativa do MPT (PTM's, PRT's e PGT) em diversos centros de custos, tais quais: manutenção básica; necessidades adicionais; tecnologia da informação; ações para erradicação do trabalho escravo; comunicação e divulgação institucional; diárias, passagens e hospedagem; entre outras. Inerente à garantia de diligências e deslocamentos, há planejamento/programação de descentralização de recursos orçamentários na ordem aproximada de R\$ 10 milhões, para alcance desse objetivo institucional, sem prejuízo do contínuo acompanhamento da execução orçamentária e financeira de modo a subsidiar, sempre que identificado necessário, o manejo dos recursos disponíveis em alcance ao irrestrito interesse público.; bem assim em consonância com o limite do regime fiscal sustentável estabelecido a partir do corrente exercício.

#### ● Finalizado

**2.6. Articular com os demais ramos do MPU, a otimização do orçamento em prol de melhorias das condições de trabalho do MPT em especial para o provimento dos 77 cargos de Procurador(a) Regional do Trabalho e Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, novas CCs e FCs e para o pagamento de acervos, férias, licenças prêmios e passivos;**

No ano de 2023 foram implantados 08 (oito) cargos de Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho e 06 (seis) cargos de Procuradores(as) Regionais do Trabalho.

No ano de 2024 foram implantados 16 (dezesesseis) cargos de Procuradores(as) Regionais do Trabalho e, no corrente exercício de 2025, já foram implantados 09 (nove) cargos de Procuradores(as) Regionais do Trabalho.

Quanto ao pagamento de férias, licenças-prêmio, acervos e passivos, no ano de 2024, foram processadas 34 (trinta e quatro) folhas de pagamento para esses fins, totalizando, aproximadamente, R\$ 150.452.720,21 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte reais e vinte e um centavos).

No exercício de 2025, até o mês de maio, já foram geradas 9 (nove) folhas de pagamento relativas a acervos e passivos, somando o montante de R\$ 52.098.367,52 (cinquenta e dois milhões, noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

● Finalizado

**2.7. Manter e ampliar o diálogo com a Procuradoria-Geral da República e com os Poderes Executivo, Parlamento, fóruns e grupos governamentais na busca de garantir uma interação que permita a discussão de temas afetos ao MPT, inclusive quanto à política remuneratória dos membros e das membras;**

**PGR/MPU**

- Encaminha, em 13/11/2023, ao PFDC iniciativas voltadas à promoção da liberdade religiosa das religiões de matriz africana

- Encaminha, em 20/12/2023, boas práticas na destinação de recursos, no bojo de tutela civil coletiva ativada pelo MPT.

- Reunião, em 07/02/2024, com o Secretário de Relações Institucionais do MPU, Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, para fins de aproximação interinstitucional;

- Reunião com a Procuradora da República e Assessora Especial da Procuradoria Geral Eleitoral NATHALIA Mariel Ferreira de Souza Pereira - PR (PGR) - Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral - GENAFE, sobre a definição, execução e monitoramento das estratégias de cooperação interinstitucional, com vista à prevenção e combate ao Assédio Eleitoral;

- Compartilhamento, com a Procuradoria Geral Eleitoral, da relação de membros(as) do MPT que atuarão como pontos focais regionais nas ações de integração entre o Ministério Público Brasileiro para o enfrentamento de práticas que atentem contra a liberdade do voto durante o período das eleições de 2024;

- Reunião, em 07/08/2024, com o Procurador Federal dos Direitos Humanos e Subprocurador-Geral Dr. NICOLAU DINO, para tratar sobre Audiência Pública da "Criação do marco normativo nacional sobre direitos humanos e empresas: o Projeto de Lei nº 572/2022 e os caminhos para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos;

- Reunião, em 28/08/2024, com a Coordenadora da Unidade de Combate ao Tráfico de Pessoas da PGR, Dra. Livia Tinoco, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional;

- Audiência em 11/09/2024, com o Dr. Carlos Frederico Santos, relator da NF nº 1.22.012.000367/2024-57, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, visando a consolidar entendimento quanto ao poder requisitório do MPT dirigido aos Conselhos Tutelares, para fins de averiguação de situação exploração do trabalho de crianças e adolescentes;

- Fornecimento de subsídios à PGR (Manual de Atuação "Agrotóxicos - Segurança e Saúde no

Trabalho”) visando a contribuir para a manifestação do MPU, no âmbito da audiência pública designada no bojo da ADI 5553.

– Reunião, em 14/05/2025, com Procuradora Geral da União, Dra. Clarice Costa Calixto, sobre Judicialização em Direito do Trabalho, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional.

### **Poder Executivo**

– Reunião, em 10/08/2023, entre representantes do MPT e da Receita Federal, para tratar sobre aplicativos de transporte e de entregas, visando à colheita de subsídios para atuação do MPT contra empresas de trabalho on demand;

– Articulação para participação do Ministério Público do Trabalho no Grupo de Trabalho Interministerial de Combate ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal;

– Reunião, em 16/08/2023, com Secretário Davidson Magalhães/SETRE, Secretário Felipe Freitas/SJDH, Dra. Manuella Gedeon e Dr. Ilan Fonseca/ MPT, para tratar sobre Assinatura de Acordo de Cooperação em Combate ao Trabalho Escravo;

– Reunião, em 24/08/2023 e 31/08/2023, com o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária/ MTE, Sr. Gilberto Carvalho, para tratar sobre cooperação interinstitucional no que tange às cooperativas de egressos e inserção socioprodutiva de catadores;

– Articulação, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para a disponibilização do Sistema Chronos ao MPT;

– Reunião, em 29/08/2023, com a Secretária Adjunta da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Débora Beserra, para tratar das questões da saúde indígena e saúde das populações ribeirinhas, principalmente das comunidades de pescadores;

– Reunião, em 29/08/2023, com o presidente do IBAMA Dr. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, para tratar sobre o Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo, em casos de constatação do ilícito nas fiscalizações de rotina daquela autarquia federal;

– Incidência Política quanto à nova Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Penal – PNAT (31/08/2023);

– Reunião, em 31/08/2023, com o Secretário Executivo Adjunto/MCTIC, Dr. Marcelino Granja, para tratar sobre nanotecnologia e impactos no mundo do trabalho;

– Reunião, em 31/08/2023, com a Secretária Executiva do Ministério do Turismo, Sra. Ana Carla Machado Lopes, para tratar sobre elaboração de parceria para adesão ao Projeto MPT Liberdade no Ar

– Reunião, em 04/09/2023, com o Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, visando a tratar sobre a criação do Fundo de Direitos Difusos Trabalhistas, da minuta do nova Portaria sobre Lista Suja e Acesso ao Sistema Chronos;

– Incidência para participação dos representantes do MPT na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) (15/09/2023)

– Reunião, em 18/09/2023, com o Presidente do ICMBio – Dr. Mauro Oliveira Pires, para tratar sobre o Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo, em casos de constatação do ilícito nas fiscalizações de rotina daquela instituição;

– Reunião, em 26/09/2023, com o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Dr. Wolney Queiroz Maciel, e o Presidente do INSS, Dr. Alessandro Antônio Stefanutto, para tratar sobre a renovação de Termo de Cooperação Técnica entre MPS, o INSS e o MPT, visando intercâmbio de dados, auditorias, elaboração de estudos e construção de relatórios de interesse comum;

– Reunião, em 10/10/2023, com o Consultor-Jurídico do MTE, Dr. Ricardo Panquestor, visando a tratar sobre o Fundo de Direitos Difusos Trabalhistas, Sistema Chronos e Minuta da nova Portaria sobre lista suja;

- Reunião, em 10/10/2023, com o Chefe de Saúde e Segurança do Trabalhador na SIT, Henrique Mandagara, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 16/10/2023, com o Diretor da ARTESP, Sr. Milton Roberto Persoli, para tratar sobre a possibilidade de modificação futura no Contrato de Concessão nº 01/2008, firmado com a Concessionária do Rodoanel Oeste S/A, mirando a isenção de pedágio para os veículos do MPT;
- Reunião, em 17/10/2023, com o Presidente Substituto da CARF(SRF) e Coordenador da COJUL, Dr. Dário da Silva Bryner Filho, para tratar sobre a fiscalização de sonegação praticadas por falsos autônomos/MEIs em relação ao recolhimento de IR/INSS;
- Reunião, em 18/10/2023, com a Secretaria Nacional da Bioeconomia/MMA Dra. Clarisse Cruz, visando a apresentar contribuições do MPT à proposta de Decreto para regulamentação da Lei nº 14.119 de 13 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais;
- Reunião, em 24/10/2023, com a Consultora Jurídica do Ministério da Saúde, Dra. Aline Veloso dos Passos, visando à adequação de meio ambiente do trabalho em unidade de saúde indígena, conforme objeto de Inquérito Civil Público n. 292.2020.08.003/0, em trâmite na PTM de Santarém e a pedido do Procurador titular do feito;
- Reunião, em 24/10/2023, com a SIT – Dr. Luis Felipe Brandão de Mello, sobre estratégias de cooperação interinstitucional MPT/MTE;
- Requerimento, em 08/11/2023, visando à participação do MPU, na condição de observador, no Conselho Nacional do Trabalho;
- Reunião, em 13/11/2023, com o Secretário Executivo do MTE, Francisco Macena, para tratar sobre a disponibilização do Sistema Chronos;
- Reunião, em 16/11/2023, com a Diretora de Gestão de Ativos/MJ, Dra. Mariana Lacerda e Silva, para tratar sobre o perdimento de bens fruto do narcotráfico em prol de unidades de internação de adolescentes, com vistas a arrimar estruturas de profissionalização;
- Reunião, em 20/11/2023, com a Secretário Especial da Receita Federal Dr. Robinson Barreirinhas, para tratar sobre a fiscalização de sonegação praticadas por falsos autônomos/MEIs em relação ao recolhimento de IR/INSS;
- Reunião, em 21/11/2023 com a Secretária Nacional dos Direitos da pessoa com Deficiência, Ana Paula Feminella, visando ao estabelecimento de Cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 07/12/2023, com o Consultor Jurídico do MTE, Dr. Ricardo Panquestor, com vistas à celebração de Termo de Cooperação a ser firmado entre o MPT e o MTE;
- Reunião, em 12/12/2023, com a Gerente de Projetos na Secretaria Especial de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República – SAJ/CC/PR, Sra. Mariana Cerqueira de Carvalho Oliveira, visando à aproximação interinstitucional;
- Reunião, em 13/12/2023, do Grupo de Trabalho gestor do Pacto pela Adoção de Boas Práticas trabalhistas e garantia de trabalho decente no Setor de Construção Civil/MTE;
- Participação, em representação do PGT, da Conferência sobre as Ações Pactuadas e seus efeitos Preventivos sobre o Setor da Viticultura, em 14/12/2023;
- Participação, em representação do PGT, Ato de Lançamento do Pacto pelas boas práticas trabalhistas e de Enfrentamento à concorrência desleal no ambiente do Trabalho Terceirizado no Rio Grande do Sul, em 14/12/2023;
- Aproximação interinstitucional com a Subsecretaria de Estatística e Estudo do Trabalho do MTE, Sra. Paula Montagner e o Secretário de Pesquisa de Análise de informação do MPT, visando à criação de um espaço colaborativo de dados;
- Reunião, em 19/12/2023, com a Secretaria Adjunta de Assuntos de assuntos Legislativos da Presidência da República, para tratar sobre possíveis vetos ao PL dos Agrotóxicos;

- Reunião, em 19/12/2023, da Mesa de Negociação do "Pacto pela Adoção de Boas Práticas Trabalhistas e Garantia de Trabalho Decente na Cafeicultura no Brasil;
- Reunião, em 19/12/2023, com o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária Dr. Gilberto Carvalho, visando a incidir na regulamentação sobre trabalho em aplicativos;
- Reunião, em 17/01/2024, com o Secretário Nacional dos Portos, sr. Alex Sandro de Ávila, para apresentação institucional e firmamento de um Acordo de Cooperação Técnica;
- Reunião, em 26/01/2024, com o Corregedor-Geral da Receita Federal, Sr. Guilherme Bibiani, para tratar sobre um possível termo de cooperação para o combate ao assédio moral e sexual;
- Reunião, em 31/01/2024, com o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, visando ao estreitamento da cooperação interinstitucional entre MPT e MTE;
- Reunião, em 31/01/2024, com o Secretário Executivo do MTE, Francisco Macena, visando à criação do fundo de direitos difusos trabalhistas;
- Encaminhamento ao Secretário Nacional de Segurança Pública, em 01/02/2024, de contribuição à Minuta de Portaria que estabelece a Diretriz Nacional sobre Câmeras Corporais em Segurança Pública;
- Reunião, em 06/02/2024, com o Ministro da Previdência Carlos Lupi, com vistas articulação para efetiva aplicação do NTEP e para unificação das bases de notificação do SINAN e da CAT;
- Reunião, em 07/02/2024, com a Dra. Fernanda Santiago, Assessora Especial de Assuntos Jurídicos do Ministério da Fazenda, visando à elaboração de estratégias conjuntas de incidência política junto ao STF, nos casos dos impactos fiscais decorrentes de decisões de cassação de vínculos de emprego reconhecidos pela Justiça do Trabalho, com base em fraudes;
- Reunião, em 23/02/2024, com o Secretário de Parcerias e Investimento do Estado de SP, Dr. Rafael Benini, visando à inserção de isenção de pedágio para os veículos oficiais do Ministério Público do Trabalho;
- Encaminhamento, em 08/03/2024, de contribuições do MPT para a Resolução CNPCP sobre o Fundo Rotativo e Trabalho da Pessoa Privada de Liberdade;
- Encaminhamento, em 13/03/2024, da cartilha “Trabalho, Gênero e Cuidado” ao Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto 11.460/2023;
- Reunião, em 13/03/2024, com o Secretário Nacional de Políticas Penais, Dr. André de Albuquerque Garcia, visando ao desenvolvimento de cooperação institucional, para promoção do trabalho decente no sistema prisional;
- Reunião, em 13/03/2024, com o Consultor Jurídico/MTE Dr. Ricardo Panquestor sobre tratativas jurídicas para criação do Fundo de Direitos Difusos Trabalhistas e Cooperação Interinstitucional;
- Reunião, em 13/03/2024, com Assessora Especial do Ministro do MTE, Sra. Maria Luiza Fonseca, visando à incidência do MPT no Grupo de Trabalho do MTE, criac para realizar diagnósticos e elaborar propostas referentes à geração de emprego, trabalho e renda para mulheres em situação de violência e à prevenção e ao enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação em razão de gênero;
- Envio ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, em 15/03/2024, de minuta prévia de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o MPT e o MTE;
- Reunião, em 19/03/2024, da Mesa de Negociação do "Pacto pela Adoção de Boas Práticas Trabalhistas e Garantia de Trabalho Decente na Cafeicultura no Brasil”;
- Reunião, em 19/03/2024, com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho (DSST) Dr. Rogério Silva Araújo/MTE, para retomar as tratativas de cooperação interinstitucional, no âmbito de saúde e segurança do trabalho, em especial nas Ações Cíveis Públicas, que tem por objeto irregularidades no processo de elaboração das NR's.

- Reunião, em 26/03/2024, com o Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas, Sr. Luiz Gustavo Lo-Buono, visando à incidência política do MPT, no âmbito do Decreto nº 11.772, de 9 de novembro de 2023, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial destinado à elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas;
- Reunião, em 23/04/2024, com o Secretário de Relação do Trabalho, Dr. Marcus Periotto, visando à entabulação de tratativas de interlocução, capacitações, realizações de eventos, estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo, no campo das relações coletivas de trabalho;
- Reunião, em 23/04/2024, com a Secretária da SENATP, Sra. Natalia do Socorro Lima, sobre reaproximação Institucional no âmbito do ACT nº 0007/2021;
- Reunião, em 25/04/2024, com o Secretário Executivo/MTE, Francisco Macena, sobre o acesso sistema Chronos;
- Articulação para Indicação, em 08/5/2024, de representante do MPT no Grupo de Trabalho Interministerial encarregado da elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas;
- Reunião, em 08/05/2024, com a Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente, sra. Marta Volpi, e a vice-Coordenadora da Coordinfância, visando a entabular tratativas de enfrentamento ao trabalho infantil e de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em especial quanto ao papel e às atribuições da rede de proteção em situações de trabalho informal;
- Visita de cortesia, em 08/05/2024, ao Coordenador-Geral de Imigração Laboral do CNI/MJSP, Sr. Jonatas Luís Pabis e à Coordenadora do Conselho Nacional de Imigração/MJSP, Sra. Silvia Cristina Tavares da Silva, juntamente com a Vice Coordenadora da CONAETE, visando à apresentação da atuação do MPT no enfrentamento ao tráfico de pessoas, para fins de trabalho forçado e trabalho sexual;
- Participação, em 09/05/2023, juntamente com o PGT, na cerimônia de assinatura do Termo de Adesão do “Pacto pela Adoção de Boas Práticas Trabalhistas e Garantia de Trabalho Decente na Cafeicultura do Brasil”;
- Reunião, em 20/05/2024, com a Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Laina Peternella, para tratar dos impactos das novas morfologias do trabalho na saúde e segurança dos trabalhadores e o papel do SUS nesse cenário por meio da Vigilância em Saúde do Trabalhador em suas três esferas;
- Cerimônia de abertura, em 25/05/2024, da Feira de Oportunidades de Contratação – FOCO para Pessoas com Deficiência Psicossocial e Mental do Estado de São Paulo;
- Reunião, em 29/05/2024, com a Diretora de Proteção de Direitos e Violência contra Mulher (Ministério da Mulher), sra. Patrícia Rodrigues da Silva, visando à identificação e desenvolvimento de políticas públicas para atendimento psicossocial voltadas ao atendimento prioritário de mulheres vítimas de violência relacionadas tráfico de pessoas para fins de exploração sexual;
- Reunião com o IPEA, em 10/6/2024, para promover aproximação interinstitucional com vistas à elaboração de pesquisas e levantamento de dados em ordem a subsidiar a elaboração e execução de projetos estratégicos nacionais do MPT;
- Reunião com o Secretário Nacional de Políticas Penais, Dr. André de Albuquerque Garcia, em 10/06/2024, para proposição de termo de cooperação ou compartilhamento de iniciativas, com vistas à implementação da cota de trabalhadores presos e egressos para a promoção do meio ambiente de trabalho decente no sistema prisional;
- Reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Felipe Proença de Oliveira, em 11/6/2024, com vistas à unificação da PNSTT e da PNSST.
- Reunião, em 18/06/2024, com o Ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski, com vistas a prospectar espaços de cooperação interinstitucional.
- Participação na Audiência Pública pertinente à Consulta Pública nº 08/2024, na sede da ANAC, com vistas a discutir a regulação da jornada dos aeronautas;

- Reunião, em 03/07/2024, com o Secretário Executivo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Dr. Francisco Tadeu Barbosa De Alencar Ferreira, visando ao fomento de Atuações Temáticas Transversais, bem como prospecção de espaços de cooperação interinstitucional.
- Reunião, em 04/07/2024, com o Secretário Executivo/MTE, Sr. Francisco Macena, com vistas às tratativas de ultimação de cooperação interinstitucional MPT/MTE;
- Garantia de assento do MPT no Conselho Nacional do Trabalho.
- Reunião, em 16/07/2024, com o Presidente da Dataprev, para tratar sobre o acesso do Ministério Público do Trabalho aos dados de gestão daquela instituição;
- Reunião com a Subsecretaria-Geral da Receita Federal Dra. Adriana Gomes Rêgo, em 24/07/2024 e 31/07/2024, para prospectar espaços de cooperação quanto à fiscalização de sonegação, decorrente das atividades de autônomos/MEIs, em relação ao recolhimento de IR/INSS.
- Reunião, em 30/07/2024, com a SNPar/Ministério do Esporte, para tratar sobre celebração de cooperação interinstitucional, visando à recursos de recursos para promoção do paradesporto;
- Reunião, em 05/08/2024, com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com vistas a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, com destaque especial na área de meio ambiente de trabalho;
- Reunião, em 14/08/2024, com a Agência Nacional de Mineração, com vistas a prospectar espaços de cooperação interinstitucional.
- Reunião com o Coordenador de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do Departamento de Proteção Social Especial/DPSE, da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS, sobre o novo cofinanciamento do PETI;
- Reunião, em 22/08/2024, com o Secretário Executivo do MEC substituto, Prof. Gregório Durlo Grisa, para tratar sobre a participação de jovens em ações que poderão ser promovidas por meio do Projeto Estratégico “Sindicalismo e Juventude”;
- Reunião, em 27/08/2024, com o Secretário de Inspeção do Trabalho (SIT), Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello, para tratar sobre a participação do MPT na CTPP;
- Assinatura do Protocolo de Intenções: Pacto do Trabalho Decente no Meio Rural, em 28/08/2024;
- Visita, em 28/08/2024, ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da presidência da República, Dr. Marcos Rogerio de Souza, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional;
- Reunião, em 04/09/2024, com o Consultor Jurídico do MTE, para tratar sobre a nova Portaria que institui a Lista Suja decorrente da prática de trabalho escravo;
- Reunião, em 05/09/2024, com o Banco Central, para aproximação institucional e apresentação dos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre Mineração;
- Reunião, em 06/09/2024, com a ANTT para discutir as possibilidades de atuação cooperativa e convergente em temas ligados aos objetos de atuação da ANTT e do MPT, com especial atenção para a promoção do trabalho decente na atividade de transporte terrestre;
- Reunião, em 11/09/2024, com o Secretário de Relações do Trabalho Dr. MARCUS PERIOTO, para tratar sobre a realização da conferência nacional acerca do novo mundo do trabalho, conforme exposto na 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Trabalho;
- Reunião, em 17/09/2024, com o Secretário Nacional de Pesca, Amadora e Esportiva, Sr. Expedito Gonçalves Ferreira Netto, com vistas a prospectar aproximação institucional, bem como apresentar o Projeto Estratégico de Enfrentamento às Irregularidades Trabalhistas na Pesca Industrial.
- Garantia de participação do MPT na Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego.

- Reunião, em 24/09/2024, com o Diretor do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos, Dr. Tomaz Disitzer Carvalho de Miranda, para tratar sobre transferência de recursos do FDD a fundo estadual, em virtude da situação de calamidade pública vivenciada pelo Estado do Rio Grande do Sul.
- Reunião, em 16/10/2024, com o Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena, para aproximação institucional e busca de cooperação em ações convergentes.
- Participação nas reuniões da Mesa Tripartite de Diálogo Permanente do Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas à promoção do trabalho decente na atividade cafeicultora.
- Reunião, em 23/10/2024, com o Diretor do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da STI/ MTE, para tratar sobre requisições do MPT ao CEREST.
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre MPT e MTE, com vistas a aperfeiçoar o sistema de proteção do direito fundamental ao trabalho digno.
- Participação, em 04/11/2024, da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Trabalho.
- Participação, em 11/11/2024, no Seminário Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2024, realizado pelo MTE, Departamento de Trabalho dos EUA e a OIT.
- Participação, em 13/11/2024, da Cerimônia de integração do Setor da Fruticultura ao Termo de Adesão ao Pacto Nacional do Trabalho Decente no Meio Rural e Assinatura da Portaria de Criação da Mesa Nacional de Diálogo da Fruticultura
- Reunião, em 25/11/2024, com a Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Sra. Márcia Rollemberg, sobre participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais.
- Reunião, em 25/11/2024, com a Procuradoria Nacional do Trabalho E Emprego da AGU, com vistas a traçar estratégias complementares de atuação judicial, no âmbito das ações anulatórias ajuizadas pela BASF contra Autos de Infração Trabalhista, que detectaram a prática de trabalho escravo.
- Participação, em 02/12/2024, na Mesa de abertura do Seminário sobre o Pacto Nacional do Café: Avanços e Desafios.
- Reunião, em 10/12/2024, com a Dra. Carolina Barreto Lemos, Coordenadora do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional.
- Reunião, em 10/12/2024, com o Secretário Executivo/MEMP Dr. Francisco Tadeu Barbosa De Alencar, sobre elaboração de ACT entre MPT e o Ministério do Empreendedorismo.
- Reunião, em 17/12/2024, com a Sra. Paula Montagner, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, visando a materializar ACT firmado entre MPT e MTE, no campo da promoção do trabalho decente.
- Reunião, em 18/01/2025, com o Consultor-Geral da União, André Augusto Dantas Motta Amaral, para tratar sobre cumprimento da nova Lei de Licitações e as novas obrigações para a Administração Pública ao contratar, em especial a previsão de cláusula que estabeleça a obrigação de o contratado cumprir exigências de reserva de cargos prevista em lei.
- Reunião, em 22/01/2025, com o Secretário de Inspeção do Trabalho Luiz Felipe Brandão de Mello, visando a materializar ACT firmado entre MPT e MTE, no campo da promoção do trabalho decente.
- Reunião, em 03/12/2024, com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. MARIO LUIZ SARROBBO, em ordem a viabilizar a continuidade do apoio da PRF ao combate ao Trabalho Escravo.
- Reunião, em 23/01/2025, com o Secretário Nacional do Paradesporto, Sr. Fábio Augusto Lima de Araújo, visando a materializar Acordo de Cooperação Técnica assinado entre as pastas, para reversão de bens e recursos oriundos de multas e indenização por descumprimento da Lei de cotas para pessoas com deficiência (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93) para realização de projetos paradesportivos.

- Reunião, em 27/01/2025, com o Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sr. Edmilson Santos dos Santos, sobre apoio ao evento "A constitucionalização das ações afirmativas e o papel do setor corporativo à igualdade de oportunidade"

- Reunião, em 28/01/2025, com a Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI e Coordigualdade, com vistas à definição, execução e monitoramento de estratégias de cooperação interinstitucional.

- Reunião, em 29/01/2025, com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Dra. Denise Motta Dau, para articulação de ações pelo fim da violência contra a mulher a partir de campanhas conjuntas, além do estímulo à ratificação da Convenção nº 190 da OIT.

- Reunião, em 31/01/2025, com a Secretária Adjunta do Programa de Aceleração do Crescimento da Casa Civil da Presidência da República, Cristiane Battiston, para cuidar da regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

- Envio, em 31/01/2025, de Ofício ao Comitê Interministerial de Segurança de Barragens com o encaminhamento de Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho, sobre aspectos da regulamentação da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

- Reunião, em 06/02/2025, com a Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, para celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), visando à inserção de públicos vulnerabilizados no mercado de trabalho.

- Reunião, em 07/02/2025 com o Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SENAPIR, Sr. Clédisson dos Santos, para formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.

- Reunião, em 10/02/2025, com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC, Sra. Zara Figueiredo, para tratar da celebração de Acordo de Cooperação Técnica, para formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+..

- Reunião, em 10/02/2025, com a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho para formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.

- Reunião, em 11/02/2025, com a Subsecretária de Estatística e Estudos do Trabalho, Dra. Paula Montagner, para discutir o tema “Impacto da Inteligência Artificial no Mundo do Trabalho”.

- Reunião, em 13/02/2025, entre Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho, para tratar do Fluxo CEAC.

-Manifestação, em 18/02/2025, pela conveniência da minuta que altera a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE

- Expedição, em 19/02/2025, de Ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego, com solicitação de acesso aos documentos e estudos desenvolvidos sobre o tema Inteligência Artificial pelos Grupos de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, visando a subsidiar as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Inteligência Artificial e Automação (MPT).

- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Procurador-Geral do Trabalho e o Ministro do Esporte, André Fufuca, em ordem a incentivar projetos de inserção social de atletas paraolímpicos.

Encaminhamento ao MTE, em 07/03/2025, de sugestões apresentadas pela CONAP e COORDIGUALDADE para aperfeiçoamento do do Marco Normativo Trabalhista Infralegal.

- Reunião, em 10/03/2025, com o Sr. Regis Spíndola, Diretor Departamento de Proteção Social Especial, para tratar da Políticas Públicas de Identificação, Proteção, Recuperação e Reabilitação de Vítimas do Trabalho Escravo.

- Reunião, em 11/03/2025, com o Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello, Secretário de Inspeção do Trabalho, para tratar da execução do Acordo de Cooperação Técnica entre MPT e MTE.
- Reunião, em 11/03/2025, com o Procurador-Geral do Trabalho e o Diretor Geral da OIT no Ministério do Trabalho e Emprego, em ordem a aperfeiçoar a sistemática de destinação de recursos à OIT, com vistas ao desenvolvimento dos projetos de promoção do trabalho decente.
- Reunião, em 24/03/2025, com o Consultor para a COP30, Sr. Alberto Kleiman, a fim de viabilizar a participação do MPT naquele evento global.
- Reunião, em 25/03/2025, com o Dr. Ciro Carvalho Miranda, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte, para tratar da execução do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MPT e Ministério do Esporte, visando à destinação de recursos para financiamento de projetos de paradesportos.
- Envio, em 05/03/2025, de Ofício aos Ministérios do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde, dando ciência do Relatório elaborado pelo Subgrupo Dimensionamento do Trabalho de Enfermagem.
- Reunião, em 28/03/2025, com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC, Sra. Zara Figueiredo, para tratar da celebração de Acordo de Cooperação Técnica, para formular, apoiar, monitorar, avaliar e estimular a participação dos grupos de minorias sociais e em vulnerabilidade nas atividades sindicais, sendo esses: mulheres, gestantes e lactantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas jovens e idosas e pessoas LGBTQIA+.
- Encaminhamento, em 01/04/2025, de Ofício ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome com sugestões de redação para a Resolução que instituirá a Mesa Nacional de Diálogo e de Negociação Permanente entre o Sistema de Justiça e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Reunião, em 02/04/2025, com a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, Sra. Paula Montagner, para tratar de acesso do MPT ao CAGED.
- Reunião, em 08/04/2025, com o Secretário de Inspeção do Trabalho, Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello, CONALIS, para intensificar a interação com o Ministério do Trabalho e Emprego no âmbito do Projeto Estratégico “Liberdade Sindical sob a ótica dos Atos Antissindicais”.
- Reunião, em 08/04/2025, com Conselho Diretor do Fundo de Diretos Difusos (FDD), para tratar da operacionalização do conteúdo mandamental da liminar concedida na ADPF 944.
- Reunião, em 09/04/2025, com o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Dr. Dr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, para tratar de capacitação conjunta entre JUDICIÁRIO, MP, AGU e RECEITA, sobre os impactos da pejetização.
- Reunião, em 14/04/2025, com a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, sra. Paula Montagner, para continuar as tratativas sobre o acesso do MPT ao CAGED.
- Reunião, em 15/04/2025, com o Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Dr. Marivaldo de Castro Pereira, para articulação de minuta do Decreto que regulamentará a Lei 14.967/2024.
- Reunião, em 06/06/2025, com o Secretário Executivo do MTE, Sr. Francisco Macena, para tratar do tema Reversões.
- Reunião, em 14/05/2025, com o Superintendente de Fiscalização da ANTT, sr. Hugo Leonardo Cunha Rodrigues, para dar continuidade às tratativas referentes à celebração do Acordo de Cooperação Técnica.
- Reunião, em 16/05/2025, com a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sra. Anna Paula Feminella, para tratar do Decreto nº 12.411, de 14 de março de 2025.
- Reunião, em 16/05/2025, com MMA, ICMBio, IBAMA, CODEMAT, CONAP e SRI, para cuidar da formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições.

- Reunião, em 22/05/2025, com a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, sra. Paula Montagner, para continuar as tratativas sobre o acesso do MPT ao CAGED.
- Reunião, 22/05/2025 com a Secretaria de Direito Digital do MJ, visando à aproximação interinstitucional para implementação medidas de fortalecimento da identidade dos passageiros com o objetivo de reduzir a exposição de riscos dos trabalhadores.

## **Poder Judiciário**

- Reunião, em 15/08/2023, com o Diretor da ENAMAT, Ministro Maurício Godinho Delgado, visando à entabulação de cooperação técnica entre as instituições, no campo de formações cruzadas de temas pertinentes ao processo civil coletivo trabalhista;
- Reunião, em 15/08/2023, com o juiz auxiliar do CNJ, Luis Lanfredi, visando promover a cooperação interinstitucional para a promoção do trabalho decente no Sistema Prisional;
- Articulação, junto ao CNJ, para a adoção de estratégias tecnológicas, administrativas e/ou normativas visando a obstar o livre acesso e/ou a publicação dos nomes de reclamantes de processos trabalhistas na rede mundial de computadores, dada a prática discriminatória em relação a esses profissionais, em virtude da formação de “listas sujas”;
- Encaminhamento de memoriais aos Ministros do STF, em 15/09/2023, sobre demarcação de terras indígenas;
- Encaminhamento, em 09/10/2023, de considerações quanto à Orientação Técnica nº 01-2023 CNJ e MPT, no âmbito de promoção do trabalho decente no sistema prisional;
- Reunião, em 18/10/2023, com a Juíza Auxiliar da Presidência do TST, Dra. Patricia Maeda, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional no campo das destinações de recursos em sede de tutela civil coletiva;
- Reunião, em 11/12/2023, com a assessoria da Presidência do TSE, visando a traçar estratégias concretização de Acordo Cooperação firmado entre MPT e TSE, no campo da prevenção e enfrentamento do assédio eleitoral nas relações de trabalho;
- Participação, em 30/01/2024, da reunião inaugural do Fórum Nacional de Ações Coletivas CNJ;
- Reunião com o Ministro Augusto César Leite de Carvalho/TST, em 20/02/2024, para apresentar da CONAETE e articular interlocução com a JT sobre a temática do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante;
- Incidência junto ao TSE, em 22/02/2024, visando à realização de Seminário Interinstitucional entre o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral no âmbito da prevenção e do combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho;
- Reunião, em 06/03/2024, com o Ministro Floriano de Azevedo Marques/Diretor da EJE TSE, para avançar na parceria de promoção de Seminário interinstitucional para prevenção e combate ao Assédio Eleitoral nas relações de trabalho.
- Participação, em 15/03/2024, do Fórum Nacional das Ações Coletivas CNJ;
- Reunião, em 22/03/2024, com a Dra. Poliana Pereira dos Santos/TSE acerca da preparação para o seminário sobre Assédio Eleitoral;
- Reunião de Trabalho, em 29/04/2024, sobre litigiosidade na Justiça do Trabalho, no âmbito de convocatória de Sua Excelência, o Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça;
- Participação, em 10/05/2024, do Fórum Nacional de Ações Coletivas CNJ;
- Seminário sobre Assédio Eleitoral, em 30/04/2024, em parceria com o TSE.

- Participação, em 14/06/2024, do Fórum Nacional das Ações Coletivas do Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada ao MPT;

- Reunião, em 19/06/2024, com a Conselheira Dra. Renata Gil de Alcantara Videira/CNJ, sobre a constituição de grupo de trabalho visando à elaboração do plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho Infantil;

Reunião com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Lelio Bentes Corrêa, em ordem a articular atuações interinstitucionais em matérias de interesse comum.

- Reunião, em 03/07/2024 e 08/07/2024, com o Dr. Bruno Alves Rodrigues, Juiz Auxiliar da ENAMAT, para fins de realização de curso online sobre Assédio Eleitoral para magistrados e magistradas do trabalho;

- Participação, em 12/07/2024, do Fórum Nacional das Ações Coletivas CNJ;

- Reunião, em 16/07/2024, com a Juíza auxiliar da Presidência do TST, Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maeda, visando à definição de linhas de cooperação no âmbito do enfrentamento ao Assédio Eleitoral e regulamentação da Resolução CNJ/CNMP n. 10 /2024;

- Reunião, em 06/08/2024, com a Corregedoria do CNJ, Juíza auxiliar Dra. Carolina Ranzolin Nerbass, para solicitar alteração do Provimento nº 73/2018 do CNJ, com vistas ao estabelecimento de gratuidade no procedimento cartorial para alteração de nome e de gênero de pessoas transgênero, bem como para que a emissão de certidões de protesto em cartórios seja substituída por consulta à Central Nacional do Protesto;

- Participação, em 09/08/2024, do Fórum Nacional das Ações Coletivas CNJ, em vaga destinada ao MPT;

- Participação nos dias 02/09 a 04/09, da I Jornada de Boas Práticas em Tutelas Coletivas do Conselho Nacional de Justiça;

- Visita de cortesia ao Conselheiro do CNJ, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, em 04/09/2024, com vistas à prospecção de espaços de cooperação interinstitucional;

- Reunião, em 06/09/2024, com o juiz Auxiliar da Presidência do TSE, Dr. Júlio Ferreira de Andrade, para tratar da renovação do Acordo de Cooperação Técnica com TSE, sobre Assédio Eleitoral;

- Celebração de Termo Aditivo a Acordo de Cooperação Técnica com o TSE, visando ao aperfeiçoamento dos fluxos de denúncias e das ações cooperativas interinstitucionais para prevenção e combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho;

- Participação, em 07/10/2024, do Fórum Nacional das Ações Coletivas CNJ, em vaga destinada ao MPT;

- Elaboração e encaminhamento do relatório parcial sobre assédio eleitoral ao TSE, em decorrência do ACT firmado entre MPT e TSE;

- Participação, em 08/11/2024, do Fórum Nacional de Ações Coletivas CNJ, em vaga destinada ao MPT.

- Reunião, em 25/11/2024, com o Conselheiro do CNJ Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, visando a prospectar mecanismos que evitem a formação de listas discriminatórias, no âmbito das relações de trabalho (Processo SEI nº 10123/2023).

- Reunião, em 11/12/2024, com Conselheiro/CNJ Dr. Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional no âmbito da prevenção e combate à escravidão contemporânea.

- Reunião, em 13/12/2024, do Fórum Nacional de Ações Coletivas CNJ, em vaga destinada ao MPT.

- Reunião extraordinária, em 17/12/2024, do Fórum Nacional de Ações Coletivas CNJ, para manifestação sobre o Projeto de Lei Complementar nº 210/2024.

- Reunião, em 11/01/2025, com o Ministro Edson Fachin, Vice-Presidente do STF, para tratar do RE 1446336 e Reclamação 60.620.

– Reunião, em 21/01/2025, com o Conselheiro do CNJ Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, para tratar de mecanismos que evitem a formação de listas discriminatórias, no âmbito das relações de trabalho.

– Elaboração e encaminhamento de Petição, em 02/02/2025, solicitando ao CNJ o encaminhamento do Processo SEI nº 10123/2023 – CNJ à Comissão Permanente de Aperfeiçoamento e Democratização dos Serviços Judiciários, para estudo do desenvolvimento de mecanismos para lidar com a formação de “listas discriminatórias”

– Indicação, em 13/02/2025, de ações judiciais do MPT para inclusão no Observatório de Causas de Grande Repercussão – OCGR, conforme solicitado pelo Exmo. Conselheiro Nacional e Presidente do Fórum do Poder Judiciário para o Monitoramento e Efetividade das Demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), João Paulo Schoucair.

– Reunião, em 14/02/2025, Fórum Nacional de Ações Coletivas do CNJ, em vaga destinada ao MPT.

– Reunião, em 19/02/2025, para planejamento do Programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal.

– Participação, em 12/03/2025, do Lançamento do Programa Crédito Justo.

– Reunião, em 21/03/2025, do Fórum Nacional de Ações Coletivas do CNJ, em vaga destinada ao MPT.

– Reunião, em 01/04/2025, com o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, para tratar da alteração da Recomendação nº 3, expedida pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com vistas à preservação das prerrogativas do MPT.

Reunião com o COI, em 02/04/2025, para tratar sobre a criação do Núcleo de Ações Coletivas no TST.

– Reunião, em 04/04/2025, do Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal. 2025 – Eixo Trabalhista.

– Reunião, em 11/04/2025, do Fórum Nacional de Ações Coletivas do CNJ, em vaga destinada ao MPT.

– Participação, em 14/04/2025, na Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Ações Coletivas do CNJ, em vaga destinada ao MPT.

– Reunião, em 09/05/2025, Fórum Nacional de Ações Coletivas do CNJ, em vaga destinada ao MPT.

– Oficina, em 14/05/2025, sobre elaboração de recomendação relativa a processos Estruturais (CNJ), contendo Diretrizes para a Identificação e Condução de Processos Estruturais.

## **Poder Legislativo**

– Reunião, em 08/05/2024, com o Deputado Rogério Correia/PT e o Dr. Renan, Coordenador da CONAFRET, para tratar sobre a ausência de lançamento das informações trabalhistas e Previdenciárias no E-Social por parte dos Governos de MG e SP;

– Sugestão, em 12/12/2024, quanto a redação de artigos do substitutivo do Projeto de Lei nº 6.461/2019, de autoria da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

## **Outras Instituições**

– Reunião, em 20/11/2023, com o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, visando à elaboração de estratégias de solução consensuada no âmbito da ADPF 944;

– Encaminhamento, em 24/11/2023, de informações sobre indicadores de resolutividade ao MP/BA;

– Reunião, em 06/12/2023, com a 2ª Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dra. Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, visando à concretizar o acesso do MPT a dados de prontuários médicos, nos procedimentos preparatórios e inquéritos sobre saúde e segurança no trabalho.;

- Encaminhamento ao MP/BA, em 12/12/2023, de informações relativas ao Ministério Público do Trabalho no atendimento às vítimas;
- Reunião, em 13/12/2023, com a Defensora Nacional de Direitos Humanos, Dra. Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, visando a prospectar campos de cooperação interinstitucional para promoção do trabalho decente;
- Reunião, em 18/12/2023, com representante da Fiocruz, visando a prospectar campos de cooperação interinstitucional para promoção do trabalho decente, em especial em saúde e segurança do trabalho.
- Reunião, em 27/02/2024, com o Conselho Federal de Psicologia sobre Diagnóstico em Saúde Mental, visando a prospectar campos de cooperação interinstitucional para promoção do trabalho decente, em especial em saúde e segurança do trabalho;
- Reunião, em 13/03/2024, com CDEMP Escolas MP Estaduais, visando a estimular estratégias de formação sobre Assédio Eleitoral nas Escolas das várias unidades do MP brasileiro;
- Reunião, em 20/06/2024, com os Diretores Adjuntos do DIEESE, visando renovar acordo de cooperação técnica, bem como a realização de pesquisas, qualitativas e quantitativas, estudos, atividades, capacitações, difusão de conhecimento e eventos com o propósito de promover e subsidiar os projetos estratégicos da CONALIS;
- Reunião, em 02/08/2024, entre CONALIS, COORDIGUALDADE e SRI, com as Confederações Sindicais Profissionais, para tratar sobre a assinatura de um protocolo de intenções de prevenção e combate ao Assédio Eleitoral;
- Reunião, em 02/08/2024, entre CONALIS, COORDIGUALDADE e SRI, com as Entidades Sindicais Econômicas, para tratar sobre a assinatura de um protocolo de intenções de prevenção e combate ao Assédio Eleitoral;
- Reunião, em 13/08/2024, com a ANPT e ANAMATRA, visando à articulação interinstitucional em temas trabalhistas no âmbito do STF.;
- Reunião, em 16/08/2024, com Diretores da CBF, Dr. Hélio Menezes e Dr. André Mattos, com vistas ao fomento de campanhas e ações relativas ao combate ao racismo, discriminação e violência de gênero no futebol;
- Reunião, em 20/08/2024, entre CONALIS, COORDIGUALDADE e SRI, com as Centrais Sindicais, para tratar sobre proposta do pacto em prol do combate ao assédio eleitoral;
- Reunião, em 29/08/2024, com o BNDES - Paula Saldanha (Superintendente da Área Jurídica), Pedro José (Chefe do Departamento de Contencioso), Fernanda Assunção (gerente do contencioso trabalhista) e Raoni Chaves (advogado da gerência trabalhista) - para tratar de Acordo de Cooperação técnica com o objetivo de promover a realização de estudos, compartilhamento de informações e aperfeiçoamento institucional mútuo;
- Reunião, em 05/11/2024, com Audit Advisory Committee (AAC) e UNOPS Brasil para compreender como o UNOPS - Organismo das Nações Unidas especializado em gestão de projetos - opera e contribui para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.
- Participação, em 04/12/2024, da Solenidade de Entrega do Prêmio ANAMATRA de Direitos Humanos 2024.
- Reunião, em 05/12/2024, com o Instituto de Mineração do Brasil.
- Participação, em 10/12/2024, na Sessão Solene de Recondução ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dr. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur.
- Articulação institucional, em 29/01/2025, junto ao INSS e ANDEST, para a manutenção da competência da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em temas relativos a terceirização de serviços.
- Reunião, em 12/02/2025, entre SRI e CONAP, com o Presidente da Associação Nacional dos Docentes em Engenheiros de Segurança do Trabalho - ANDEST e a Associação Nacional dos Engenheiros de

Segurança do Trabalho – ANEST, para tratar da manutenção da competência da Justiça do Trabalho e aplicação das NRs aos órgãos públicos, objeto da ADPF 10.

- Reunião, em 11/03/2025, com a ANPT, para tratar da ADPF 944.
- Participação, em 14/04/2025, da solenidade de posse do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Estado do Para.
- Resposta, em 25/04/2025, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre a existência de proposta de discussão ou regulamentação de promoção por merecimento com critérios objetivos no âmbito do Parquet Laboral.
- Reunião, em 07/05/2025, para o Alinhamento do Acordo de Cooperação Técnica – MPT e SEDESE.
- Participação, em 16/05/2025, do Ciclo de Estudos sobre Pejotização – ENAMAT.

## ● Finalizado

### 2.8. Aprofundar a acompanhamento, proativo e estratégico das questões tratadas no CNMP e nos demais órgãos de interesse do MPT por intermédio da Secretaria de Relações Institucionais;

#### CNMP

- Participação em **32 sessões** do CNMP;
- **105 manifestações** em processos do CNMP, destacando-se, entre elas, 65 manifestações em proposições, 10 em Pedidos de Providências, 2 em Conflitos de Atribuições, 5 em Procedimento de Controle Administrativo, 2 em Reclamação Disciplinar, além de solicitações feitas ao CNMP, encaminhamento de informações e preenchimento de formulários;
- Acompanhamento ativo de todos os processos de interesse do MPT;
- Interlocução com os(as) membros(as) do MPT envolvidos em processos do CNMP;
- Acompanhamento de prazos;
- Reunião, em 06/09/2023, visando a prospectar campos de cooperação interinstitucional para prevenção e enfrentamento do assédio eleitoral, no âmbito dos vários ramos e unidades do MP Brasileiro.
- Reunião com o Conselheiro Daniel Carnio Costa sobre a Proposição nº 1.00271/2021-42, em 19/11/2023, visando a inserção de temas trabalhistas transversais no conteúdo programático mínimo dos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público;
- Participação, em 06 e 07/12/2023, do encontro Nacional da Comissão da Infância, Juventude e Educação – CIJE 2023 e Reunião ampliada dos Grupos de Trabalho CIJE/CNMP;
- Participação, em 12/12/2023, da Sessão de Outorga da Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público;
- Reunião, em 05/02/2024, com o Conselheiro Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, visando à articulação dos MPs Eleitorais para atuação concertada em face do assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024;
- Reunião, em 06/02/2024, com o Presidente Conselheiro da CIJE, Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves/CNMP, sobre destinação dos recursos obtidos através da apreensão em processos criminais movidos contra organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, em benefícios de iniciativas e projetos sociais destinados a crianças e adolescentes, com enfoque na educação profissional.

- Solenidade de posse do Conselheiro Dr. Edvaldo Nilo de Almeida/CNMP, em 06/02/2024;
  - Participação, em 15/02/2024 e 04/03/2024, do GT Integração Eleitoral, na condição de membro integrante, visando à articulação dos MPs Eleitorais para atuação concertada em face do assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024;
  - Reunião, em 04/03/2024, com a Comissão da Infância, Juventude e Educação – CIJE, visando à elaboração de estratégias conjuntas para enfrentamento do trabalho infantil em plataformas digitais;
  - Reunião, em 06/03/2024, com a Ascom/CNMP, visando à elaboração de campanha no tema Assédio Eleitoral;
  - Reunião, em 19/03/2024, com o Conselheiro Dr. [Antônio Edílio Magalhães Teixeira](#)/CNMP e Diretora-Geral da ESMPU Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, visando a prospectar espaços de formação dos membros do Ministério Público da União, no tema do Assédio Eleitoral.
  - Despacho, em 24/04/2024, com o relator do Pedido de Providências nº 1.00293/2024-19, Jayme de Oliveira Neto, visando a defender a atuação do MPT, em incidente em trâmite no âmbito do CNMP;
  - Despacho, em 24/04/2024, com o relator da Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00237/2024-66, Jaime de Cássio Miranda, visando a defender a atuação do MPT, em incidente em trâmite no âmbito do CNMP;
  - Visita de cortesia, em 07/05/2024, ao Conselheiro Edvaldo Nilo de Almeida;
  - Participação, em 08 e 09/05/2024, no Seminário de Integração do Ministério Público: Infância, Juventude e Educação;
- Elaboração e articulação para a aprovação da Recomendação n. 110/2024, que recomenda a adoção de atuação integrada entre os vários ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, visando ao enfrentamento do assédio eleitoral e garantia da liberdade de voto.
- Participação, em 19/6/2024, do 2º Congresso de Inovação e Tecnologia do CNMP;
  - Compartilhamento de informações e documentos acerca da atuação do MPT na área ambiental, conforme Planejamento Estratégico institucional do MPT;
  - Compartilhamento de implementação do sistema Webservice e cumprimento da Resolução CNMP nº 173/2017;
  - Despacho com os Conselheiros Nacionais Ivana Lúcia Franco Cei (12/8) e Paulo Cezar dos Passos (14/8) para tratar sobre o Pedido de Providências nº 1.00293/2024-19;
  - Despacho com o Conselheiro Nacional Antônio Edílio Magalhães Teixeira para tratar sobre o Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00873/2024-42;
  - Despacho com o Conselheiro Nacional Edvaldo Nilo para tratar sobre o Pedido de Providências nº 1.00579/2024-68;
  - Reunião, em 27/08/2024, com o Conselheiro Nacional Ângelo Fabiano, para tratar sobre o PCA nº 1.00931/2024-92;
  - Participação, em 28/08/2024, do Seminário “Eleições, Assédio moral e probidade Administrativa”;
  - Reunião, em 30/08/2024, com o Conselheiro Nacional Ângelo Fabiano, com participação da Coordinfância, para tratar sobre as requisições do MPT aos conselhos tutelares, visando à constatação de situações de exploração do trabalho de crianças e adolescentes.
  - Compartilhamento de sugestões do MPT ao Plano Estratégico Nacional de Atuação dos Ministérios Públicos no Combate aos Incêndios Florestais e seus Impactos;
  - Compartilhamento de informações do MPT sobre a regulamentação e o funcionamento de Grupos de Atuação Especializada no âmbito do Ministério Público do Trabalho;
  - Compartilhamento de sugestões de aprimoramento à Resolução CNMP nº 297/2024, que dispõe sobre a atuação integrada entre o Ministério Público Eleitoral, os Grupos de Atuação Especial de Combate

ao Crime Organizado (GAECOs) e os Núcleos de Inteligência dos Ministérios Públicos Federal, dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, com o objetivo de identificar e combater a influência de organizações criminosas no processo eleitoral.

- Assinatura, em 12/11/2024, do Termo de Adesão à Campanha "Primeiros Passos".
- Compartilhamento de informações das ações adotadas pelo Ministério Público do Trabalho em relação ao combate a corrupção e lavagem de dinheiro.
- Reunião, em 27/11/2024, com o Corregedor Nacional do Ministério Público e Coordinfância, sobre Proposta de Recomendação quanto às requisições direcionadas aos Conselhos Tutelares.

Participação, em 27/11/2024, da cerimônia de entrega do Prêmio CNMP.

- Participação na cerimônia de assinatura do Pacto Nacional Cidades Sustentáveis e Resilientes a Desastres.
- Êxito na defesa dos interesses do MPT, com o arquivamento em 05/12/2024, do PCA 1.00971/2024-70 ( \Auto Comercial Barra Mansa LTDA).
- Reunião, em 11/12/2024, com a com a Dra. Cíntia Menezes Brunetta, Conselheira Presidente do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap), visando à prospecção de espaços de cooperação interinstitucional.

Compartilhamento de informações, em 30/01/2025, por meio do Formulário “Fortalecimento da Atuação do Ministério Público Brasileiro” e encaminhamento de documentos ao GT estabelecido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público pela Portaria CNMP-CN n.º01/2024.

- Reunião, em 11/03/2025, com o Conselheiro Nacional, Dr. Paulo Cezar dos Passos, para tratar do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70.
- Reunião, em 18/03/2025, com a Conselheira Nacional, Dra. Ivana Lúcia Franco Ceí, e a Procuradora do Trabalho Dra. Cirlene Zimmermann, para apresentação da Coordenadoria de Meio ambiente do MPT
- Compartilhamento com a Ouvidoria Nacional, em 02/04/2025, de informações detalhadas sobre os projetos e ações implementados na defesa dos direitos das mulheres, de modo a subsidiar o levantamento nacional e contribuir para a difusão de boas iniciativas.
- Compartilhamento, em 07/04/2025, com a Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP, de informações sobre providências adotadas em relação às denúncias de possíveis violações aos direitos de crianças e adolescentes à educação, apontadas no relatório da 3ª Reunião do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário. Atuação do Ministério Público Brasileiro” e encaminhamento de documentos ao GT estabelecido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público pela Portaria CNMP-CN n.º01/2024.
- Reunião, em 11/03/2025, com o Conselheiro Nacional, Dr. Paulo Cezar dos Passos, para tratar do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70.
- Reunião, em 18/03/2025, com a Conselheira Nacional, Dra. Ivana Lúcia Franco Ceí, e a Procuradora do Trabalho Dra. Cirlene Zimmermann, para apresentação da Coordenadoria de Meio ambiente do MPT
- Compartilhamento com a Ouvidoria Nacional, em 02/04/2025, de informações detalhadas sobre os projetos e ações implementados na defesa dos direitos das mulheres, de modo a subsidiar o levantamento nacional e contribuir para a difusão de boas iniciativas.
- Compartilhamento, em 07/04/2025, com a Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP, de informações sobre providências adotadas em relação às denúncias de possíveis violações aos direitos de crianças e adolescentes à educação, apontadas no relatório da 3ª Reunião do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.

## ● Finalizado

## **2.9. Aprofundar o acompanhamento, proativo e estratégico, das pautas tratadas no Congresso Nacional e de interesse do MPT, principalmente quanto à legislação reativa, por intermédio da Secretaria de Assuntos legislativos mantendo constante diálogo com o executivo, por intermédio da SRI;**

Durante o ano de 2023, a Secretaria de Assuntos Legislativos participou de 44 audiências públicas, quatro sessões solenes e quatro seminários.

Ao longo do ano, os membros da SAL/CAL tiveram 142 reuniões com parlamentares para tratar de proposições de interesse do MPT e articularam a retirada de pauta de 11 projetos de lei (PLP 462/2017, PL 1941/2015, PL 7021/2017, PL 6262/021, PL 1711/2022, PL 231/2015, PL 5/2015, PL 2683/2019, PL 3168/2021, PL 4383/2021 e PL 6461/2019).

Em 2023, SAL participou, também, de 11 eventos, dentre eles as sessões de posse dos novos deputados e senadores; lançamentos de Frentes Parlamentares (Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Criança e do Adolescente da Frente Parlamentar contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes); Solenidade de lançamento da Agenda Político-Institucional da Anamatra 2023; Acompanhamento da comissão de juristas sobre atualização do Código Civil; Votação e aprovação do procurador do trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa à recondução ao CNMP.

Durante o ano, a Secretaria realizou 12 reuniões estratégicas, dentre elas reuniões administrativas e reuniões com os membros da Comissão de Acompanhamento Legislativo e com as Coordenadorias Nacionais.

Ainda em 2023, foram elaboradas e publicadas 12 Notas Técnicas e sugeridas emendas a 45 matérias legislativas.

Em 2024, a Secretaria de Assuntos Legislativos participou de 45 audiências públicas, 10 sessões solenes e três seminários.

Ao longo do ano de 2024, os membros da SAL/CAL tiveram 53 reuniões com parlamentares para tratar de proposições de interesse do MPT; A SAL realizou cinco reuniões com autoridades: Ministro da Previdência Social, Carlos Luppi; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lelio Bentes Corrêa; Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes; Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; secretária adjunta de assuntos jurídicos da Presidência da República, Maria Rosa Guimarães Loula.

Em 2024, a Secretaria articulou a retirada de pauta de sete projetos de interesse (PL 880/2023; PL 4894/2019; PL 1843/2022; PL 2830/2019; PL 626/2021; PL 4463/2021; PL 3946/2019) e acompanhou a deliberação de 41 proposições, dentre Projetos de Lei, Requerimentos, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei do Congresso Nacional e Propostas de Emendas à Constituição.

A SAL participou, também, de 22 eventos, dentre eles a solenidade de abertura do ano legislativo de 2024; instalações de Frentes Parlamentares (Frente Parlamentar Mista pela Licença-Paternidade, Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços); acompanhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem, reuniões de grupos temáticos, reuniões internas de comissões, instalação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR).

Durante o ano de 2024, a Secretaria realizou 10 reuniões estratégicas, incluindo reuniões administrativas e reuniões com os membros da Comissão de Acompanhamento Legislativo e com as Coordenadorias Nacionais.

Por fim, em 2024, foram elaboradas e publicadas 14 Notas Técnicas e sugeridas emendas a 7 matérias legislativas.

Em 2025, até o início do mês de junho, a Secretaria de Assuntos Legislativos participou de 18 audiências públicas, 1 seminário e 7 sessões solenes.

Ao longo do primeiro semestre, os membros da SAL/CAL tiveram 30 reuniões com deputados, senadores e suas respectivas assessorias; solicitaram a inclusão do MPT em 10 requerimentos de audiências públicas; articularam a retirada de pauta de dois projetos de lei, PL 6099/2019 e PL 5138/2023; acompanharam a votação de seis projetos de lei: PL 4911/2023, PL 1663/2023 (votação adiada duas vezes), 471/2021, PL 2890/2019 e PL 2159/2021;

Em 2025, os secretários de assuntos legislativos acompanharam, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a instalação das comissões permanentes e de suas respectivas novas presidências para o biênio 2025-2026.

Em 2025, até o início de junho, a SAL realizou quatro reuniões estratégicas: reunião com o GE sobre Mudanças Climáticas e Impactos no Meio Ambiente do Trabalho e a Assessoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ); Codemat e Assessoria da deputada Rosângela Reis (PL/MG); Conap e assessoria do deputado Delegado Fábio Costa (PP/AL) e reunião com o GE sobre Neuroinclusão no Trabalho.

Nesse período, foram elaboradas e publicadas três Notas Técnicas – PL6461/2019, PL 1584/2025 e PL 1032/2024.

Durante o monitoramento do biênio 2023/2025, SAL viabilizou e acompanhou o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, nas seguintes reuniões sobre matérias legislativas e institucionais de interesse do MPT:

- Visitas ao senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), presidente do Senado Federal, deputado Hugo Motta (Republicanos/PB), senador Rogério Marinho (PL/RN), senador Efraim Filho (União/PB) e senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) para entregar o convite da solenidade de recondução do PGT;
- Visitas ao senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) e ao senador Davi Alcolumbre (União/AP) articulação PL 2402/2023, dispõe sobre a transformação de cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Ministério Público da União;
- Visita ao então Subprocurador-Geral da República, Paulo Gonet, e ao então Ministro da Justiça, Flávio Dino, no dia das sabatinas, no Senado Federal, para os cargos de Procurador-Geral da República e de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente;
- Visita ao Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, para falar sobre as decisões do STF que afastam o reconhecimento de vínculo empregatício em relações fraudulentas de trabalho;
- Participação na Sessão Especial feita pelo Senado para celebrar os 45 anos de criação da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT);
- Participação na reunião do Conselho Nacional de Procuradores(as)-Gerais com o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes;
- Visista de cortesia do deputado Bruno Farias (Avante/MG);
- Visita ao Ministro do Esporte, André Fufuca, para assinatura de um acordo de cooperação técnica.

## ● Finalizado

**2.10. Fortalecer o relacionamento e ampliar espaços com a Auditoria Interna – AUDIN, com os órgãos da Procuradoria Geral da República, especialmente com a Secretaria Geral do MPU, e com a Advocacia Geral da União, especialmente com o aprimoramento do Escritório Avançado já em curso;**

### **Secretaria-Geral MPU**

– Compartilhamento de contribuições do MPT à minuta de normativo elaborado com vistas à adequação ao disposto nas Resoluções CNMP nº 250 e 237;

Compartilhamento de sugestões do MPT à Proposta de regulamentação do Programa de Residência no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências;

### **AGU**

– Reunião, em 23/08/2023, com o Vice-Procurador-Geral Federal, Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço, **Secretaria-Geral MPU**

– Compartilhamento de contribuições do MPT à minuta de normativo elaborado com vistas à adequação ao disposto nas Resoluções CNMP nº 250 e 237;

Compartilhamento de sugestões do MPT à Proposta de regulamentação do Programa de Residência no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências;

## AGU

- Reunião, em 23/08/2023, com o Vice-Procurador-Geral Federal, Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço, visando à construção de solução consensuada no âmbito de ACP, sobre assédio moral na Fundacentro, a pedido da Procuradora Titular do Feito;
- Reunião, em 24/08/2023, com o Consultor-Geral da União, Dr. André Augusto Dantas Motta do Amaral, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública;
- Reunião, em 05/09/2023, com AGU e MTE, visando à formatação de texto do Fundo de Direitos Coletivos Trabalhistas;
- Reunião, em 24/10/2023, com a Procuradora Nacional do Trabalho e Emprego, Dra. Mônica Casartelli, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública;
- Reuniões, em 28/11/2023 e 04/12/2023, com a Procuradora Nacional da Fazenda, Dra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida, sobre fraudes na relação de emprego e evasão fiscal, em especial na prospecção de estratégias de cooperação no âmbito do STF, em decisões de cassação de vínculos de emprego reconhecidos pela Justiça do Trabalho, com base em fatos e provas;
- Reunião, em 18/01/2024, com o Consultor Jurídico Dr. Andre Augusto Dantas Motta Amaral, sobre o cumprimento da nova Lei de Licitações e as novas obrigações para a Administração Pública ao contratar, em especial a previsão de cláusula que estabeleça a obrigação de o contratado cumprir exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes (art. 92, inciso XVII);
- Reunião, em 18/01/2024, com a Procuradora Nacional de Trabalho e Emprego Monica Casartelli, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública;
- Reunião, em 21/02/2024, com o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública;
- Reunião, em 26/02/2024, com o Subprocurador-Geral Federal, Dr. Igor Lins da Rocha Lourenço, visando à construção de solução consensuada no âmbito de ICP, sobre assédio moral na Fundacentro, a pedido da Procuradora Titular do Feito;
- Reunião, em 20/03/2024, com a Consultora Federal em Políticas Públicas – Dra. Mariana Rodrigues Silva Melo/PGF, visando a prospectar espaços de cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública Indireta;
- Celebração de ACT entre AGU e MPT, estabelecendo cooperação interinstitucional, no âmbito de promoção do trabalho decente na Administração Pública, com especial relevo ao tema das cotas sociais de PCDS e aprendizes e fiscalização de contratos de terceirização;
- Reunião, em 17/04/2024, com a Advocacia-Geral da União, Dra. Clarice Calixto, Secretária-Geral, visando a materializar Acordo de Cooperação Técnica firmado entre AGU e MPT.
- Reunião, em 06/08/2024, com a Secretaria-Geral de Contencioso/AGU, para tratar sobre a ADPF nº 1068;
- Reunião com a Dra. Jucelaine Barbosa, Diretora do Departamento de Controle Concentrado – SGCT / AGU, para tratar sobre a ADPF 1181;
- Reunião preparatória de webinar entre AGU e MPT, sobre fiscalização contratos, em 30/08/2024;

– Reunião, em 19/09/2024, com a Procuradora Nacional da União de Trabalho e Emprego Dra. Caroline de Melo e Torres, para tratar sobre a ACPCiv 0000313-74.2021.5.10.0016

– Reunião, em 06/05/2025, com o Diretor da Escola da AGU, Dr. João Carlos Souto, para tratar do Seminário sobre Pejotização e Impactos Fiscais.

– Reunião, em 08/05/2025, com o Procurador-Geral do Trabalho e o Dr. André Augusto Dantas Motta Amaral – Consultor-Geral da União-CGU/AGU, para tratar do Parecer nº 110/2019/DECOR/CGU/AGU.

## AUDIN

Elaboração, em 16/10/2024, de consulta à AUDIN sobre a adequação de referido setor como órgão de auditoria mencionado na Resolução CNMP nº 286/2024;

### ● Finalizado

#### **2.11. Articular com a Procuradoria-geral da República e viabilizar orçamentariamente a conversão de plantões em pecúnia;**

No âmbito do MPT não houve conversão de plantões em pecúnia em razão da ausência de acionamento do plantonista, requisito exigido pela resolução do CSMPT que orienta o exercício de plantão nas unidades do MPT.

### ● Não iniciado

#### **2.12. Otimizar gastos e receitas e buscar recursos para nomeação de novos servidores e servidoras, implementando a lei que criou cargos efetivos, comissionados e as funções de auxílio administrativo;**

Cargos em Comissão e Funções de Confiança foram (serão) implementados conforme descrito nos itens 2.1 e 2.3.

Quanto à criação de cargos efetivos, de agosto/2023 a junho/2024 foram implantados 119 (cento e dezenove) cargos dessa natureza.

Após essa data, o concurso de servidores venceu e não houve mais nomeações.

### ● Finalizado

#### **2.13. Otimizar gastos e receitas e buscar recursos para aquisição/construção de novas sedes para as unidades do MPT que estejam em espaços alugados, mantendo e ampliando o Programa Locação Zero;**

Desde o exercício de 2021, em continuidade ao “Programa Locação Zero”, ao todo foram adquiridas 14 (quatorze) edificações para abrigar as Unidades Gestoras Administrativas deste parquet. Soma-se ainda, no período de 2022 a 2024 (até a presente data), a reforma de 10 (dez) imóveis adquiridos em 2020, destes, 07 (sete) concluídas, 02 (duas) em andamento e 01 (uma) a iniciar.

No corrente exercício de 2025 se encontram em fase de conclusão das 02 (duas) reformas em andamento, permanecendo 01 (uma) a iniciar.

Ademais, fora autuado o PGEA 20.02.0001.0010170/2024-14 para tratar da criação do sistema de priorização de aquisições e reformas conforme determinado no Ofício Circular nº 415/2024/SG.

### ● Em andamento

**2.14. Seguir monitorando as obras em curso no MPT, garantindo a sua execução e a sua conclusão;**

A Administração-Geral, notadamente por intermédio da Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE), atua ativamente em apoio técnico às Regionais com reformas e/ou obras em curso, quer sejam originárias do “Programa Locação Zero” ou não. Atualmente, por exemplo, a DAE acompanha obras em andamento nas PRT’s: 06, 09 e 15.

● **Em andamento**

**2.15. Monitorar condições estruturais das unidades no MPT, e iniciar, dar andamento e concluir as reformas necessárias para a devida utilização das sedes do MPT, principalmente aquelas instaladas em espaços que demandam obras de melhorias e/ou mudança de local;**

A Administração-Geral, notadamente por intermédio da Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE), atua ativamente no monitoramento das instalações do MPT. De mais a mais, sempre que agenciada a atuar, presta apoio às PRT’s, em destaque na elaboração dos artefatos técnicos identificados necessários, além de efetivar visita *in loco* sempre que essencial.

● **Em andamento**

**2.16. Manter e ampliar o programa de instalação de painéis solares, bem como contratação no mercado livre de energia, de forma a otimizar gastos com energia elétrica;**

Em 2025 encontram-se em plena operação mais de 27 (vinte e sete) usinas fotovoltaicas instaladas nas unidades do MPT em todo Brasil. A potência instalada ao todo será de cerca de 1.500 kw, capaz de gerar economia estimada em mais de R\$ 1 milhão por ano. Adicionalmente, a PGT aderiu via condomínio ao mercado livre de energia em 2025.

● **Em andamento**

**2.17. Otimizar gastos e receitas e seguir garantindo recursos para o programa de estágio, inclusive para as áreas periciais;**

Em contínuo acompanhamento, não houve aumento de recursos empregados no programa de estágio do MPT no corrente exercício de 2025. Registre-se nesse ponto que, em 2023, cada Unidade Gestora Administrativa (UGA) recebeu 02 (duas) vagas adicionais de estágio, facultada sua alocação em área de formação e segmento a critério de cada PRT. Outrossim, sempre que identificado necessário, notadamente mediante solicitação e avaliação prévia, é facultado o remanejamento de vagas na própria UGA, de modo que a mesma tem a faculdade de (re)direcionamento daquelas, a exemplo, para atender demanda em área pericial; obedecido o limite total de vagas por PRT.

● **Finalizado**

**2.18. Ampliar a incidência política do MPT com o Conselho Nacional de Procuradores(as) Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e das União (CNPGE), a fim de construir e de executar estratégias de cooperação na defesa dos direitos sociais;**

- Participação em 17 sessões do CNPGE;
- Encaminhamento ao CNPGE de manifestações em relação a 10 proposições em trâmite no CNMP;
- Incidência para alteração das representantes do MPT nas Comissões Permanentes do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – GNDH;
- Manifestação favorável do MPT, em 19/04/2024, à minuta do Protocolo de Intenções: Medidas de Integração do Ministério Público pela Liberdade de Voto

● **Finalizado**

### **2.19. Ampliar e manter as cooperações com organismos internacionais cuja atuação esteja compreendida pelas metas institucionais do MPT;**

A Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista (SCIT) deu continuidade às tratativas para revisão dos atuais termos de cooperação existentes com organismos internacionais do sistema ONU de forma a adequar os ACTs à Resolução 179-2020 do CSMPT.

Foram concluídos até a presente data acordos com a OIT, UNOPS, CORTE IDH, OEA-CIDH, WFP, PACTO GLOBAL (ONU) e o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL).

Encontram-se em andamento as tratativas para formalizar termos de cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o UNODC.

Em relação ao UNICEF, está em processo de ajustes redacionais a revisão do Termo de Cooperação existente com a Organização.

Durante a execução da iniciativa, houve a aprovação da Resolução nº 232/2025 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho sobre normas complementares à Resolução CNJ/CNMP nº 10/2024, quanto a procedimentos e medidas para a destinação de bens e valores decorrentes de decisões judiciais em ações e instrumentos negociais de autocomposição e heterocomposição em tutela coletiva, além de medidas de transparência, impessoalidade, fiscalização da aplicação e prestação de contas. Assim, demanda-se a continuidade da iniciativa para adequação dos ACTs ao novel normativo.

#### **Em andamento**

### **2.20. Expandir os programas de intercâmbio profissional em organismos internacionais, em especial na ONU e na OIT, nos moldes do atualmente existente na OEA;**

A partir dos contatos estabelecidos na 112ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho de 2024, foi mantida interlocução com o Departamento de Normas da organização para intercâmbio.

Com base em estudo preliminar de viabilidade de novos programas de intercâmbio profissional com os organismos do Sistema ONU, foram mapeados organismos com potencialidade de realização de tais intercâmbios, estabelecendo-se tratativas com os responsáveis. Neste aspecto, destaca-se ainda o MOU com a CorteIDH, que prevê também o intercâmbio de profissionais, já amplamente consagrado na CIDH.

Em 29 de maio de 2024, foi publicado o edital nº 36, de 28 de maio de 2024, no DOU referente à seleção para o Intercâmbio Profissional junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, estando em curso a participação do MPT junto ao órgão da OEA.

Em 16 de junho de 2025, foi publicado o edital nº 52, de 12 de junho de 2025, no DOU referente à seleção para o Intercâmbio Profissional junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

#### **Em andamento**

### **2.21. Criar programas de qualificação internacional para membros e membras, em especial no Centro de Formação da OIT, em TURIM, bem como firmar convênios com Universidades para viabilizar a participação de membros em programas de capacitação (stricto e lato sensu);**

Com apoio da SETEF, o programa de qualificação com o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Turim foi desenvolvido, adotando-se um novo modelo, a ser executado oportunamente.

Promoção do curso sobre o sistema interamericano de direitos humanos (modalidade telepresencial síncrona) com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em setembro de 2024.

#### **Em andamento**

## 2.22. Seguir aperfeiçoando os sistemas de governança institucional, mediante fixação de metas, planos de ação, monitoramento efetivo e avaliações constantes;

**Planos de Ação da Coordenadorias Temáticas Nacionais (CTNs):** A SGE tem atuado junto às Coordenadorias Temáticas Nacionais para incentivar a elaboração e o monitoramento dos planos de ação. Nesse sentido, foi feito o monitoramento dos Planos de Ação do biênio 2022-2023, documentos que contêm o andamento das iniciativas, projetos, grupos de trabalho e grupos de estudo executados no período. Também foram elaborados novos planos com iniciativas para o biênio 2024-2025, cujo monitoramento referente ao ano de 2024 já está disponibilizado na internet, com os respectivos percentuais de execução.

Referência: [Planos de Ação das CTNs](#)

**Planos das Regionais:** A SGE estruturou os PGUs para serem formatados de maneira a terem seções para registros de iniciativas derivadas do plano nacional, bem como de ações locais. Assim, é possível verificar o que foi planejado e alcançado em 2022 e 2023, bem como o que tem previsto para cada regional para o biênio 2024-2025. Estão documentados os Grupos de Trabalho, os Grupos de Estudo, os GEAFs, os Projetos e, em particular, planos de ação voltados ao NUPIA, à integração de 1º e 2º graus, à Política de Equidade e à Segurança Orgânica. Os planos foram atualizados em 2025 para que sejam adequados aos indicadores e metas nacionais.

Referência: [Planos de Gestão das Unidades](#)

**Planos de ação/trabalho:** A SGE tem orientado as Secretarias do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho para elaborarem e monitorarem seus planos de trabalho. Para garantir a publicidade e o efetivo acompanhamento, a SGE criou um repositório onde são disponibilizados tanto os planos de ação/trabalho como os respectivos monitoramentos. Além disso, foi criado o modelo padrão para os planos de ação. Em 2025, foi realizado o monitoramento dos Planos de Gestão, com a elaboração de relatórios pelos segmentos responsáveis, apresentando a situação de cada iniciativa e o percentual global de execução, permitindo uma visão consolidada do avanço institucional.

Referência: [Planos de Gestão](#), [Modelo de plano de ação](#)

**Diretrizes e Monitoramento da Estratégia do MPT pelos Comitês de Governança:** No período, a SGE contou com a contribuição de estruturas colegiadas, integradas por membras e membros, tanto no direcionamento de diretrizes quanto no monitoramento e avaliação de resultados. Como destaque estão a atuação do Comitê de Gestão Estratégica Finalística nas interlocuções necessárias entre Coordenadorias Temáticas Nacionais, Coordintegração, COI e CRJ; a atuação do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas no fomento e patrocínio ao dimensionamento da força de trabalho, à prevenção de risco à Saúde Mental, à política de Equidade e recentemente à regulamentação do Acordo de Trabalho; a atuação do Comitê de Gestão de Riscos na coordenação dos Planos de Integridade e de Gestão de Riscos do MPT; a atuação do Comitê de Tecnologia da Informação na aprovação do Plano Diretor TI (PNDTI) 2024-2025 e na apresentação do Plano Nacional de Aquisições e Contratações – PNAC-TI 2024; e por fim a atuação do Comitê de Avaliação de Resultados Institucionais no monitoramento de projetos e estabelecimento de critérios para uma atuação orientada a resultados. Em março de 2025, no âmbito do CGEF, representantes da Liderança Institucional do MPT reuniram-se para tratar do aprimoramento da atividade finalística. Entre os principais pontos discutidos, destacam-se: a aproximação das Coordenadorias Temáticas Nacionais com o 1º e 2º grau (Coordintegração), reforçando a unidade da atuação em temas estratégicos e metas institucionais; a necessidade de diálogo contínuo entre as Coordenadorias e os(as) Subprocuradores(as)-Gerais da PGT, com vistas à atuação conjunta em temas estratégicos junto ao TST; o cumprimento das orientações da CCR, especialmente quanto ao envio de casos de arquivamento relacionados a prioridades institucionais; e, por fim, a inclusão da saúde mental no ambiente de trabalho no contexto da NR1, tema que será aprofundado em reunião setorial intercoordenadorias, como exemplificado pela articulação entre a Codemat e a Coordigualdade.

Referência: Sistema de Governança, Comitê de Gestão Estratégica Finalística – CGEF

Referência: [Sistema de Governança](#)

**Estabelecimento de Metas para os Indicadores Estratégicos:** Durante o período foram envidados esforços para o estabelecimento de métricas de medição de desempenho institucional, acompanhadas de metas, principalmente no âmbito da atuação finalística. A exemplo disso, foram avaliadas as metas dos indicadores Número de PA-MED autuados (IE28), Percentual de NFs convertidas em PA-MED (IE29) e Percentual de metas alcançadas nos planos de gestão das unidades (IE37), para saber se os valores estabelecidos como referência são viáveis desafiadores, mas alcançáveis. Além disso, em complemento ao

indicador “Percentual de recursos de revista admitidos, ainda que parcialmente, em cada Tribunal Regional do Trabalho” (IE26), foi criado o indicador “Percentual de recursos de revista conhecidos, ainda que parcialmente, no Tribunal Superior do Trabalho” (IE51), visando o acompanhamento dos Recursos de Revista (RRs) em 2ª e em 3ª instância. Por fim, os indicadores voltados aos GAETs (Percentual de metas alcançadas nos Projetos Gaets por Coordenadoria), tiveram a fórmula de cálculo alterada para que a análise recaísse sobre o período de existência do projeto, e não mais por ano. Outras atualizações, ocorreram por orientação de Órgãos de controle, como é o caso do indicador voltado à Correição (Percentual de Ofícios correicionados de acordo com o cronograma – IE31) que teve a fórmula de cálculo alterado para se adequar ao nome do indicador. As métricas e as metas estabelecidas podem ser consultadas na página da Gestão Estratégica. O MPT fixou em 2025 metas para todo o período do Planejamento Estratégico vigente, com progressão definida até 2030, visando assegurar um horizonte claro, duradouro e orientado ao crescimento institucional sustentável.

Referência: [Indicadores Estratégicos do MPT](#)

## ● Finalizado

### **2.23 Fortalecer o Setor Pericial das PRTs e PTMs, com a adoção de um modelo integrado de gestão e cooperação com órgãos técnicos, com suporte às unidades que não disponham de analistas periciais específicos;**

Providências administrativas para a estruturação da nova Secretaria (inserção no MPT Digital Administrativo, realocação dos servidores do quadro pericial suplementar, atualização quanto à programação que vinha sendo desenvolvida pelo quadro suplementar, formação do Comitê Especial de Perícias).

Levantamento e estudo das especialidades a serem demandadas no próximo concurso público para provimento de cargos de Analistas periciais. Encaminhamento dos resultados ao Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, para providências (PGEA 20.02.1200.0000214/2024-96).

Reunião com o Secretário da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise da PGR/MPF e com a chefia daquele setor, para tratar do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre MPT e MPF na área de perícias.

Organização dos fluxos das demandas recebidas das PRTs (edição de normativo circular para atendimento das demandas pela Secretaria).

Planejamento de cursos/capacitações de peritos e analistas processuais com fins de melhoria dos fluxos, qualificação da entrada dos procedimentos nos setores periciais e redução do tempo de análise de procedimentos.

## ● Finalizado

### **2.24 Fomentar a criação de núcleo nacional e de núcleos regionais de investigação patrimonial, aparelhando-os com colegas e técnicos e técnicas especialistas no assunto;**

Fomento de cursos sobre investigação patrimonial no âmbito da ESMPU e da SETEF/PGR.

Adesão a ACT firmado entre o CNMP e CGU, para fins de intercâmbio de dados e sistemas.

Adesão a ACT firmado entre o CNMP e o CNJ para uso da Plataforma digital do Poder Judiciário Brasileiro (acesso ao sistema Sniper).

Contato com o CNMP buscando o acesso, bem como retorno do órgão, indicando que há tratativas com o CNJ mais amplas e complexas para integração de acesso de todos os Ministérios Públicos do país às ferramentas completas do CNJ, aqui incluída o Sniper. Motivo pelo qual, fomos informados que nenhum tipo de acesso será possível no momento (PGEA nº 20.02.0001.0003753/2025-28).

## ● Em andamento

## **2.25 Intensificar o emprego de inteligência artificial auxiliar na tarefa investigativa do MPT;**

O projeto piloto de uso de inteligência artificial, desenvolvido para a Coordintegração foi finalizado, restando a definição da sua aplicação em termos de extensão.

Também foi desenvolvido em novembro de 2024 projeto usando IA para análise de Notícia de Fato.

Ambos os projetos (Jurisprudência e Análise de Notícia de fato) foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Governança de Inteligência Artificial em dezembro de 2024.

Foram realizadas em fevereiro e março reuniões de alinhamento com outros segmentos (SETIC, Encarregado de Dados e Subsecretaria de Sistemas Finalísticos.

O acesso a nuvem foi disponibilizado pela SETIC, após contratação junto ao SERPRO ocorrida em dezembro/24, em meados de maio deste ano, entrando as duas ferramentas em produção e testes internos no dia 12.05.25 (PGEA nº 20.02.0001.0009985/2024-62).

### **Em andamento**

## **2.26 Aperfeiçoar o assistente-investigador digital como ferramenta de automatização de relatórios e diagnósticos sobre investigados e cenários (cálculo automático de cotas, padrões de infração, estatísticas de acidentes);**

O aperfeiçoamento das ferramentas SPAI tem sido constante, com atualização recente (lançada em julho/24), com criação da aba “eSocial”, com dados dessa base, além de cálculo automático das cotas de aprendizagem, e de pessoas com deficiência, dimensionamento do SESMT e subnotificações (CATxN-TEP).

Além disso, o projeto Gabinete Virtual 5.0, em andamento, sendo as primeiras entregas previstas para o segundo semestre desse ano de 2024 : 1ªCPF/CNPJ acesso direito pelo GV5 (julho/24); 2ª Integração do Raio-x no GV5 (agosto/24); 3ª Formação de Grupo de Procuradores e Procuradoras (total de 20) para aprimoramento da usabilidade do sistema (agosto/setembro/24).

Referências:

- Cenários, Compliance e Relatório de Informações SPAI.
- Gabinete Virtual 5.0 PGEA nº 20.02.0001.0005921/2022-89

As ferramentas SPAI (compliance e cenários) foram atualizadas neste mês de maio/25, com dados de janeiro/25 e com a criação de novas abas no sistema Cenários: pessoas jurídicas inativas, benefícios previdenciários saúde mental, conafret pejetização e pejetização MEI.

Além disso o projeto do GV 5 foi entregue ao PGT, tendo a SPAI fornecido todos os dados necessários, o que possibilitou a integração do sistema raio-x ao sistema compliance e, ambos, ao GV5. O grupo de usabilidade formado para testes, encerrou os trabalhos em maio deste ano, com apresentação de mais de 130 sugestões de melhoria, sendo a grande maioria delas incorporadas ao sistema, conforme apresentação feita ao grupo em reunião ocorrida em 16.05.25 (PGEA nº 20.02.0001.00005921/2022-89)

### **Finalizado**

## **2.27 Aperfeiçoar a inteligência computacional para identificação de desvio patrimoniais, cadeias produtivas, compliance empresarial, segurança e saúde no trabalho, trabalho escravo, igualdade de oportunidades, trabalho infantil entre outros;**

Foi elaborado e entregue o painel de cadeias produtivas à CONAETE (análise de notas fiscais), estando em desenvolvimento ferramenta de inteligência computacional para cálculo de índices relacionados à segurança e saúde no trabalho.

Projeto suspenso por falta de recursos.

### **Em andamento**

## **2.28 Seguir reforçando os investimentos em capacitação de membros e de membras, de servidoras e de servidores no uso de sistemas de informação;**

Em 2024, vêm sendo realizadas capacitações itinerantes do sistema SPAI e de sistemas de investigações. Também será oferecido curso relativo ao Teams, além dos autoinstrucionais disponíveis na plataforma de ensino.

### Em andamento

## **2.29 Ampliar a velocidade de tráfego de dados da rede MPT;**

Como resultado do Pregão Eletrônico PGT/MPT nº 40.2023, foram firmados dois novos contratos para a Rede Primária SDWAN (CT 07/2024) e a Rede Secundária Internet (08/2024) contemplando a PGT, as Procuradorias Regionais e as Procuradorias do Trabalho em Municípios. Ao longo do segundo semestre de 2024 e início de 2025 foi realizada a instalação de novos links de dados com ampliação das velocidades:

- A PGT recebeu um link de 1,5 Gbps (Gigabit por segundo) e outro de 600Mbps (Megabits por segundo), o que representa um aumento na capacidade de tráfego de 425% em relação a capacidade máxima anterior.
- As PRT, por sua vez, receberam links de 400 Mbps e de 200 Mbps, o que representa aproximadamente um aumento de 750% em relação a capacidade máxima anterior.
- Por fim, cada PTM recebeu links de 200 Mbps e de 100Mbps, o que representa um aumento de 1000% da capacidade máxima anterior.

Cabe destacar que o aumento expressivo das velocidades não incorreu em custos associados mais elevados, verificando-se inclusive redução em relação aos custos do contrato anterior tendo em vista a economicidade obtida por meio do Pregão Eletrônico PGT/MPT 40/2023.

A ampliação das velocidades das unidades do MPT foi concluída no primeiro trimestre de 2025.

### Finalizado

## **2.30 Seguir garantindo que a Procuradoria Geral do Trabalho seja uma instância provedora de suporte e de soluções adequadas para as regionais, evitando-se a replicação desnecessária de serviços, recursos materiais e estruturas administrativas;**

A Administração-Geral, liderada pela Diretoria-Geral, atua em diretriz participativa e orientativa, de modo que as equipes da Procuradoria-Geral, em seus variados e técnicos segmentos, estão em constante diálogo com as equipes convergentes em suas unidades regionais. Noutras palavras, é premissa da Administração-Geral o acurado planejamento orçamentário e financeiro, que requer zelosa apreciação na tomada de decisões para que seja possível à Administração atender, dentro das possibilidades dos limites enfrentados, bem assim mediante a manutenção do equilíbrio nas contas públicas, todas as demandas das UGA's, sempre que possível, em caráter uniforme; especialmente as de caráter continuado, de modo a permitir não apenas sua implantação, mas também sua manutenção a longo prazo em virtude dos desafios orçamentários emergentes; salvaguardadas, ainda, eventuais prioridades que venham a emergir no curso do exercício, ante a inhomogeneidade de cada unidade do MPT.

### Finalizado

## **2.31 Seguir as tratativas para aprovação do Projeto de Lei que cria 06 cargos de Procurador(a) Regional do Trabalho(a), já em tramitação no Congresso Nacional e buscar junto ao PGR um acréscimo dessa quantidade;**

A Secretaria de Assuntos Legislativos vem trabalhando para a aprovação do PL 998/2020, que cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho.

Após articulação da SAL com o deputado Júlio Cesar (PSD/PI), então relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o referido projeto foi aprovado na comissão.

Em virtude da atuação do MPT, foi designado, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), ao deputado Fábio Trad (PSD/MS), a relatoria do PL 998/2020.

O MPT se reuniu com parlamentares para discutir a matéria, dentre eles, os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) e Arthur Maia (União/BA), presidente da CCJC. Foi solicitada e atendida a inclusão do PL 998/2020 na pauta da CCJC.

A SAL esteve na CCJC, para articular com o relator, deputado Fábio Trad (PSD/MS), a melhor estratégia para aprovação do referido projeto. Na mesma data, o PL 998/2020 foi aprovado na comissão e agora se encontra aguardando deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados.

## ● Em andamento

### **2.32 Seguir reforçando a estrutura das Coordenadorias Nacionais para que possam atuar ainda mais na definição de estratégias de atuação e de apoio aos membros e às membras em casos complexos.**

Instituição de uma coordenação administrativa das coordenadorias temáticas nacionais (CTNs), exercida por um(a) coordenador(a) nacional indicado(a) pelo PGT, com vistas a organizar as atividades de apoio administrativo e jurídico às CTNs e melhorar a interlocução com os demais setores da PGT.

Criação da Seção de Apoio Jurídico das CTNs, com previsão de alocação de quatro analistas jurídicos, os quais atuam em sistema de escalas quinzenais, prestando serviços para todas as CTNs. A Seção já conta com três analistas e há previsão de alocação do quarto analistas ainda em 2024.

Reestruturação da Seção de Apoio Administrativo das CTNs, que atualmente conta com um técnico administrativo do MPU e quatro oito técnicos em secretariado que prestam apoio administrativo às CTNs.

Início da reorganização/padronização das páginas das CTNs na intranet, com apoio da TI.

Utilização das ferramentas disponíveis para melhoria da comunicação entre as coordenadorias (equipe no Teams). Levantamento e disponibilização de materiais de apoio para organização das atividades de rotina das CTNs.

Atualização da modelagem de processos de trabalho da Seção de Apoio e das Assessorias das CTNs, com apoio da SPGE. Tratamento de gargalos e implementação dos fluxos produzidos/revisados, além da criação de manuais e procedimentos operacionais padrão (POP).

## ● Finalizado

# ■ Eixo 3 – Iniciativas da Proteção Institucional

### **3.1. Reestruturar e reequipar a segurança institucional do MPT, com integração à atividade de inteligência e de aperfeiçoamento das atividades similares aos Centros de Apoio à Atuação já existentes nos ramos dos MPs estaduais, com atuação integrada nacionalmente;**

- A proposta de reestruturação conforme a Portaria-PGR/MPU nº 202/2022, que instituiu a Polícia do Ministério Público da União, foi encaminhada ao Procurador-Geral do Trabalho e aguarda aprovação com definição das disponibilidades de funções e redistribuição de efetivo, especialmente para recompor e complementar a estrutura.
- Com a publicação da Doutrina e a Política de Inteligência do CNMP deverá ser readequada a proposta de integração à atividade de inteligência com os ramos dos MPs. Previsão até junho 2025.
- A Polícia Rodoviária Federal, pela Diretoria de Inteligência, disponibilizou a cessão do software de gestão de documentos de inteligência, Sistema Athena (PRF), a ser customizado para a inteligência do MPT. A SETIC irá fornecer a infraestrutura tecnológica para a instalação do referido sistema no ambiente para auxiliar no planejamento e implementação da atividade de inteligência no âmbito do MPT. Previsão da implantação do sistema é até dezembro de 2024.
- O reequipamento está contemplado no PAAC 2024, com a aprovação de aquisição de 50 pistolas Glock G19 Gen 5 cal. 9mm.

#### **Em andamento**

### **3.2. Fortalecer as atividades de suporte especializado e específico à atividade finalística, incluindo planejamento e apoio a diligências, investigações, destinações e segurança, bem como às demais atividades de cada PTM e PRT;**

- Apoio especializado da Gerência-Executiva de Segurança Institucional nas operações e diligências realizadas no âmbito das Coordenadorias Nacionais do MPT, com destaque para a CONAETE.
- Foram realizadas visitas a Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT11, PRT21, PRT2, PRT15, PRT5 e PRT4), a fim de buscar uma maior interlocução com a Secretaria de Segurança Institucional, assim como o aprimoramento da segurança institucional no âmbito das Regionais.

#### **Finalizado**

### **3.3. Manter e aperfeiçoar as atividades de capacitação em segurança institucional para membras, membros, servidores e servidoras, de acordo com as necessidades funcionais e de manutenção da autonomia de atuação;**

- Inclusão dos agentes de segurança institucional que possuem porte de arma de fogo no Ciclo de Atualização Profissional de Armamento de Tiro nas diversas Superintendências da PRF.
- Realização de 02 turmas de Armamento e Tiro – AMT em nível básico para habilitação nas pistolas G19 e G26.

#### **Em andamento**

### **3.4. Manter e aperfeiçoar a integração com outros ramos do Ministério Público Brasileiro, em especial a atuação conjunta com os GAECOs, além de buscar o fortalecimento das parcerias com o Ministério da Economia, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, e outros parceiros institucionais;**

Designação do Secretário de Relações Institucionais, Dr. Rafael Dias Marques, como integrante do GT instituído pela Portaria 470.2024, para as tratativas junto ao Departamento de Polícia Federal, no intuito de estabelecer cooperação técnica e operacional entre o MPT e a PF, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o aprimoramento da atuação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal, bem como cooperação mútua para o fomento de atividades de segurança pública em prol da sociedade, nas matérias de atuação dos órgãos cooperados;

- As ações desenvolvidas no âmbito do referido GT são registradas no PGEA 20.02.0001.0000002/2024-40;
- Reunião com a Corregedoria-Geral da Polícia Federal sobre o tema assédio;
- Reunião com a Polícia Federal, em 17/06/2024, ocasião em que se deliberou 1) pela atuação cooperativa no combate à clandestinidade em atividades de segurança privada. 2) pela inclusão de matérias de equidade e combate à discriminação nos cursos de formação e reciclagem de vigilantes. 3) pelo envio de Proposta de Portaria sobre o conteúdo programático dos cursos de formação, para fins de contribuição do MPT. 4) pelo envio de texto por parte do MPT, para alteração da Portaria 18.045, para fins de referência a LBI e Tratados Internacionais, com vistas à inclusão de PCDs na vigilância

## ● Em andamento

### 3.6. Robustecer os mecanismos de segurança em TI;

Segurança Cibernética, ou Cibersegurança, é a atividade prática de proteger ativos de tecnologia da informação, como sistemas, aplicações, computadores, dados (armazenados, em trânsito e em processamento) e ativos tecnológicos organizacionais de ameaças digitais provenientes de dentro ou de fora de uma organização. As atividades de cibersegurança necessitam de pessoas, processos, infraestrutura complexa e profissionais altamente capacitados, cuja expertise hoje é reconhecida nos profissionais de TI.

Buscar robustecer os mecanismos de segurança de TI no MPT é uma atividade contínua porque a segurança cibernética não é um objetivo estático, mas sim um processo dinâmico e em constante evolução. As ameaças cibernéticas estão sempre mudando e se sofisticando, exigindo uma resposta contínua e adaptativa para proteger os sistemas, dados e operações do Ministério Público do Trabalho.

Nesse contexto, diversas iniciativas foram desenvolvidas ao curso do Plano de Ação de 2023-2025. Em relação à Governança de Cibersegurança iniciou-se o No processo de Implantação de Mapeamento de Ativos de TI, realizando revisões e atualizações da Política de Inventário e Mapeamento de Ativos da Informação (PIMAI), bem como alinhamentos para a aplicação do Levantamento de Maturidade de Segurança Cibernética segundo os CIS Controls.

Outrossim, a Resolução CETI Nº 23, que “Institui a Política de Gerenciamento de Vulnerabilidades (PGV), que disciplina as diretrizes para as atividades de identificação, avaliação, documentação, gestão, comunicação, correção de vulnerabilidades e ações de boas práticas no âmbito do Ministério Público do Trabalho”, foi aprovada pelo Comitê Estratégico de TI em sua 42ª Reunião Ordinária, em 05 de setembro de 2024. Com a publicação da Resolução, a AGSC iniciará o processo de notificação de vulnerabilidades aos responsáveis pelos ativos (identificados pelos PIMAI) e monitorando, nos termos da PGV, a mitigação das vulnerabilidades encontradas.

Quando observamos as ações que visam mitigar vulnerabilidades de cibersegurança em serviços e sistemas merece destaque a criação da ETIR pela Portaria MPT nº 2012.2023. São atribuições da ETIR/MPT, relacionadas à segurança cibernética e, no que couber, à segurança da informação em repouso, em processamento ou em trânsito na infraestrutura cibernética, em âmbito geral, do Ministério Público do Trabalho. Essa equipe representa um marco institucional no robustecimento dos mecanismos de segurança de TI no MPT.

Com a criação da equipe foi possível atuar para mitigar vulnerabilidades de cibersegurança em serviços e sistemas. Algumas ações merecem destaque como a realização de pentests em sistemas e início da reforma do Active Directory.

Conforme relatórios do sistema Atena, a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Ministério Público do Trabalho (ETIR/MPT), nos últimos 12 meses, **931 chamados para tratar incidentes de segurança da informação**.

Na borda da rede do MPT, nos últimos 12 meses, o serviço de SOC (Centro de Operações de Segurança) contratado (Contrato PGT/MPT Nº 74/2023) barrou **4.197 ameaças (ataques cibernéticos) contra o MPT**.

A ETIR/MPT também realizou 15 pentests, ou teste de penetração, como forma de simulação de ataque

cibernético realizada para avaliar a segurança de um sistema, rede ou aplicativo do MPT. Durante os testes foram identificadas vulnerabilidades que podem ser exploradas por invasores e foi sugerido aos proprietários dos ativos melhorias para fortalecer a proteção, essenciais para garantir que as defesas digitais do MPT estejam preparadas para ameaças reais.

Em 2024, **foram investidos R\$ 73.780,00 em treinamentos** para as equipes que atuam diretamente na área e custeados R\$ 4.563.295,09 em soluções de cibersegurança, como Firewall, Sistema de detecção e resposta a intrusão (IPS/IDS), Firewall de navegação WEB, Firewall de aplicação WEB, Filtro de e-mail, Proteção de DNS, SOC, SIEM, solução de detecção de vulnerabilidades (Tenable), EDR, proteção de identidade, MFA, Auditoria Diretórios de Identidades AD e Entra ID, Solução de Backup (Commvault).

Para 2025, foram alocados recursos orçamentários para aquisição de soluções de XDR para proteção das contas corporativas dos procuradores do trabalho. XDR (Extended Detection and Response) é uma solução avançada de segurança cibernética que utiliza inteligência artificial e técnicas heurísticas que unificam a detecção e resposta a ameaças em múltiplas camadas, como endpoints, redes, servidores e e-mails. Ele melhora a visibilidade, correlaciona dados de diferentes fontes e automatiza respostas para conter ataques rapidamente.

## ● Em andamento

# ■ Eixo 4 – Iniciativas da Diversidade/ Inclusão

#### **4.1. Garantir que todos os cursos da Instituição tenham formação humanista e multidisciplinar, trabalhando os direitos humanos de forma transversal;**

A SETEF busca, de forma permanente, junto aos coordenadores pedagógicos e conteudistas, o desenvolvimento de cursos e conteúdos com visão holística da instituição, abordagem plural, crítica, humanista, universalista, transversal e acessível (inclusive com recursos visando a usabilidade dos cursos na plataforma EaD para público com limitações visuais).

#### **● Finalizado**

#### **4.2. Garantir o efetivo cumprimento e fortalecimento de todas as Políticas Institucionais já existentes, quais sejam: de equidade de gênero, raça e diversidade, de gestão de pessoas, de comunicação, de saúde, de forma a não existir solução de continuidade, além de construir os avanços necessários, com o estabelecimento de metas e/ou planos de ação para o seu cumprimento;**

O Gabinete da Vice Procuradoria Geral do Trabalho tem atuado e feito articulações para a efetiva implementação das políticas institucionais, em especial por meio das atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas – CEGEP e do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades.

Vale consignar algumas das iniciativas adotadas e em curso no ano de 2024:

- Realização Dimensionamento da Força de Trabalho e seu acompanhamento;
- Constituição e início das atividades da Comissão de Prevenção de situações de Risco à Saúde Mental (Portaria PGT 1224/2024);
- Constituída Comissão responsável pelo Programa de Aprendizagem (Portaria PGT 1763/2024).
- Prosseguimento do Programa de Desenvolvimento de Lideranças.
- Implementação do Acordo de Trabalho (Portaria PGT 88/2024);
- Retomada do projeto das Trilhas de Aprendizagem;
- Encaminhamentos para a criação da Área de Acompanhamento Pessoal;
- Encaminhamentos para a Reestruturação do DDP;
- Encaminhamentos para a Reestruturação da SETEF;
- Aprimoramento da supervisão de estágio;
- Diagnóstico sobre acessibilidade em todo o MPT;
- Oferta de cursos para o aprimoramento da gestão, a exemplo do curso Comunicação Não Violenta para lideranças e curso sobre Inteligência Emocional e Social no Liderar;
- Realizado curso de acolhimento para o 23º Concurso para o cargo de Procuradora e Procurador do Trabalho – 2024
- Realizado acolhimento para novos(as) Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho.
- Continuidade do Programa Planeje-se para preparação para a aposentadoria e envelhecimento ativo (Portaria nº 1426.2020).
- Apresentação do relatório consolidado do questionário de avaliação e construção participativa das Políticas Institucionais gerenciadas pelo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas – CEGEP. Responderam ao questionário 366 pessoas, com participantes de todas as PRT e da PGT.

#### **● Finalizado**

#### **4.3. Avançar na pauta de gênero, raça e diversidade, mediante a criação de ambiente favorável e de abertura de espaços para que mulheres, negras, negros, LGBTQIA+ possam ocupar, em condição de equidade, as posições de destaque no MPT, com direito a voz e efetiva participação nos atos decisórios, oportunizando, inclusive, a consolidação e o surgimento de novas lideranças, no contexto da diversidade;**

O Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidades atua alinhado ao Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas, também presidido pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, buscando-se uma aplicação transversal da Política Nacional de Equidade nas diversas esferas da instituição, complementando as informações do tópico antecedente.

Até o momento, foram implementadas diversas iniciativas previstas no plano de ação do biênio 2024-2025. Cumpre destacar algumas das atividades desenvolvidas:

- Produção de Censo Anual, que em 2024 possibilitou a inclusão de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero, tendo sido realizada campanha de cadastramento;
- Continuadas visitas institucionais às unidades regionais para tratar sobre perspectivas de gênero, raça e diversidade, bem como a realização de rodas de conversa em que se abordou questões relacionadas à discriminação e ao assédio, com posteriores encaminhamentos. Em 2024 completou-se visitas a todas as unidades;
- Capacitação sobre Equidade no Curso de Ingresso e Vitaliciamento – CIV em 18.04.2024;
- Realizado monitoramento das unidades quanto à campanha de afixação de placa acessível em banheiros de uso coletivo no âmbito de todas as Unidades MPT para a utilização por pessoas transgênero, conforme a boa prática apresentada pela PRT 10ª Região (DF e TO). Enviados ofícios às unidades faltantes em 24.06.2024;
- Verificação da adesão à campanha interna sobre gênero, com a utilização dos cartazes baseados na cartilha "O ABC da Violência Contra a Mulher no Trabalho". Enviados ofícios às unidades faltantes em 24.06.2024;
- Promovida a I Conferência sobre Pessoa Idosa Trabalhadora: envelhecer saudável e trabalhar com dignidade.
- Realizada a IV Edição da Conferência de Gênero, Raça e Diversidades do MPT: "Construindo Equidade: Trabalho, Gênero e Cuidado"
- Ofertados cursos sobre a temática da equidade, como: Letramento racial, sindicalismo, diversidade e igualdade de gênero no trabalho: gênero e interseccionalidade; Combate ao racismo; Agenda 2030 e a atuação do MPT; prevenção e enfrentamento ao assédio; princípios da psicodinâmica do trabalho; saúde mental e autocuidado; Acessibilidade, informação e comunicação em linguagem simples e garantias de direitos de membros e servidores com deficiência. Avaliação biopsicossocial. Acompanhamento de estágio probatório. Encaminhamentos da Resolução CNMP nº 237/2021.
- Publicada a Portaria nº 844.2024, que instituiu reserva de vagas (cota) para pessoas transgênero e minorias étnico-raciais nas contratações de estagiários e estagiárias no Ministério Público do Trabalho, e a Portaria nº 845.2024 que instituiu reserva de vagas (cota) para pessoas transgênero e minorias étnico-raciais nas contratações de mão de obra terceirizada.
- Fomentada a criação de salas de amamentação nas unidades do MPT, observadas as diretrizes de atenção à saúde. Enviado ofício às unidades que ainda não a implementaram, em 24.06.2024.
- Realizada em 01.08.2024 roda de conversa com o tema: Apoio às gestantes e lactantes. Diálogo e conscientização, iniciativa do Comitê nacional de equidade de Gênero, Raça e Diversidades, em parceria com os Grupos de Trabalho Apoio às Gestantes e Lactantes, Gênero e Cuidado.
- Em 22.08.2024 o evento "Reflexões e ações para o fim da violência contra a mulher em alusão ao Agosto Lilás no marco dos 18 anos da Lei Maria da Penha", considerando o mês de agosto como de conscientização no combate à violência contra a mulher e a Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do MPT.
- Estímulo e orientação à implementação do programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, constante da Portaria nº 917/2021. Iniciativa que demanda construção de parcerias/convênios com o poder público, adequações

para licitações, apostilamento em contratos vigentes, dentre outros, conforme se verifica do realizado para a PGT e PRT 10ª Região no PGEA 20.02.0001.007412/2023-84.

- Realiza da 3ª Edição do Reconecta Nacional em setembro de 2024. O Ministério Público do Trabalho, comprometido com a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e, sempre que busca o cumprimento da reserva de cargos (cota) e ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, promove a inclusão das pessoas com deficiência.
- Realizado diagnóstico nacional em 2024 quanto às condições de acessibilidade no MPT em todo o país.
- Ofertado curso EAD sobre Acessibilidade em Edificações do MPT.
- Realização de campanhas pela SECOM para promover a sensibilização sobre o tema e realizadas tratativas com o Secretário Nacional sobre a criação de capítulo do Manual de Redação do Ministério Público do Trabalho sobre comunicação acessível e inclusiva, de utilização obrigatória para as equipes de comunicação da instituição. Abordada também a questão dos contratos de publicidade, programas e redes sociais com previsão de conteúdos acessíveis, bem como a necessidade de preparação/capacitação de conteudistas para a manutenção da acessibilidade das páginas sociais.
- Realizado diagnóstico sobre necessidade de utilização de libras para atendimento ao público e ofertado curso. Atualmente há 3 servidores(as) fazendo o curso de longa duração.
- Estimulado contatos e convênios com instituições que possuem servidores(as) fluentes em libras para atendimento ao público interno e externo no âmbito do MPT;
- Em curso a atualização do guia de normas inclusivas do MPT;
- Realizada pesquisa sobre a Política de combate ao assédio moral e sexual do MPT e o ambiente de trabalho na PGT (1 a 31.05.2024) e capacitações sobre a temática: Curso Prevenção do Assédio: Desenvolvendo uma cultura de respeito; Palestra Prevenção do Assédio: desenvolvendo uma cultura de respeito Oficina de combate ao assédio eleitoral no âmbito da Administração Pública; Princípios da Psicodinâmica do Trabalho e Espaços de Discussão (CAMSD);
- Implementadas ações em conjunto com a Secretaria de Tecnologia de Informação de Comunicação para a alteração do sistema MPT Digital e MPT Digital Administrativo de forma que se tenha a flexão de gênero em todo o sistema, inclusive para assinaturas digitais.
- O MPT participa ativamente da Rede Equidade, desde sua constituição, decorrência do ACT 2021/0235, assinado inicialmente com o Senado Federal, Câmara dos Deputados, TCU, STJ, TSE, CNMP, TJDFT, MME, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e outras. Dentre suas ações está a de fomentar a equidade com foco em gênero e raça.

## ● Em andamento

### 4.4. Indicar os Coordenadores e as Coordenadoras, Secretários e Secretárias nacionais observando a equidade de gênero, a interseccionalidade e a diversidade;

Segundo as informações do Censo de 2024 (ano base 2023), consta a seguinte composição institucional por gênero em encargos de gestão: Coordenadorias Nacionais – 5 Mulheres e 5 Homens; Chefias de PRT – 10 Mulheres e 14 Homens; Secretarias Nacionais – 5 Mulheres e 8 Homens; Titulares da CCR 4 Mulheres e 2 Homens; Chefe de Gabinete do PGT – 1 Mulher; Chefe de Gabinete da Vice-PGT – 1 Mulher. Relativamente à cor/raça, tem-se a seguinte composição: 54 Branca e 8 Parda.

Cumpre consignar, nesse contexto, o fomento à representatividade de participação de mulheres gestantes, lactantes, que tenham gestado, amamentado ou tido as dificuldades da amamentação em grupos de trabalho, de pesquisa, cursos e eventos em geral, mais ainda, quando digam respeito às discussões que envolvem especificamente questões desses grupos, como a gestação e a lactação da mulher trabalhadora, envolvendo sempre a perspectiva de gestação e da lactação de pessoas transgêneros, bem como a situação de famílias monoparentais, união homoafetiva como entidade familiar e que possua filhos, entre outras situações correlatas. Encaminhado ofício circular para chefias e para GT Gênero e Cuidado e GT Lactantes para que informassem se há gestante/lactante nos grupos.

## ● Finalizado

#### **4.5. Indicar os membros e membras da Comissão Examinadora e das Bancas Examinadoras para o concurso público de ingresso na carreira do MPT, observando a equidade de gênero, a interseccionalidade e a diversidade;**

A Vice Procuradoria Geral do Trabalho tem atuado para a observância de que membras e membros da Comissão Examinadora e das Bancas de Concurso Público de ingresso na carreira do MPT sigam a previsão da Resolução CSMPPT 215/2023, que em artigo 17, § 3º, dispõe: “§ 3º. A escolha do(a)s integrantes referido(a)s nos incisos II, III e IV e de seus(suas) suplentes deverá observar, na medida do possível, a representatividade étnico-racial, de gênero e de pessoa com deficiência.”

Relativamente ao Concurso em atividade, verificou-se que fizeram parte da 1ª Comissão Examinadora Cláudia Trindade, advogada negra, e Fábio Farias, desembargador negro. Integrou a 2ª, 3ª e 4ª Comissões Nildete Santana, advogada negra. Em todas as etapas foi observada a paridade de gênero na composição das bancas examinadoras.

Promovida capacitação para membras(os) e servidoras(es) que trabalham no concurso de forma que exista uma compreensão sobre as diversidades. Essa ação é de caráter prévio à realização das provas.

### **● Finalizado**

#### **4.6. Propor políticas específicas a partir dos dados trazidos por censo interno, que deverá ser realizado anualmente e divulgado de modo a garantir a democratização do MPT, inclusive no que diz respeito à observância e à efetividade das cotas em concursos e no estágio.**

O MPT tem realizado Censo Anual desde 2020, que vem sendo aprimorado com recortes de gênero, raça e diversidades e que revela a composição dos quadros institucionais e sua movimentação a cada ano, possibilitando melhor direcionamento das políticas de inclusão.

Em 2024 foi franqueada a possibilidade de inclusão de informação sobre orientação sexual e identidade de gênero e realizada campanha de cadastramento.

Vale anotar que no censo realizado no ano de 2023 pode ser verificado o atendimento da cota de 30% para pessoas negras na ocupação das vagas de estágio. Contudo, ainda não atingido para pessoas com deficiência. Em 2023, foram realizados ajustes no edital de seleção de estágio, para formação de lista separada com critério classificatório próprio para pessoas com deficiência.

Publicada a Portaria nº 844.2024, que instituiu reserva de vagas (cota) para pessoas transgênero e minorias étnico-raciais nas contratações de estagiários e estagiárias no Ministério Público do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho, em relação à reserva de vagas, apresentou sugestões de aprimoramento da Resolução PGR/MPU nº 378/2010, acatadas e incorporadas à Portaria PGR/MPU 172/2024.

Verifica-se, atualmente, equidade de gênero na composição de grupos de trabalho, forças-tarefa, comissões, coordenadorias, secretarias, dentre outros. Não obstante, necessário continuar as iniciativas de estímulo à representatividade feminina e à equidade de gênero em posições de liderança, com vistas a se garantir uma efetiva representatividade.

### **● Em andamento**

# ■ Eixo 5 – Iniciativas da Comunicação Interna e Externa

### **5.1 Garantir total acessibilidade nas comunicações externas e internas e zelar pela diversidade nos conteúdos;**

Produção de texto alternativo nas postagens de redes sociais; legendas nos vídeos de redes sociais; acessibilidade (Libras) no portal [mpt.mp.br](http://mpt.mp.br); interpretação em Libras de todos os eventos veiculados pelo site institucional; Libras e legendas ocultas (CC) nas notícias do programa Trabalho Legal.

● Em andamento

### **5.2 Seguir ampliando a inserção do MPT em mídias, pautando os resultados institucionais de forma qualificada e em linguagem simples;**

Atendimento às pautas geradas pela imprensa para ampliar a repercussão da atuação estratégica do MPT.

● Finalizado

### **5.3 Fomentar, zelar e garantir a ampla transparência em contas, orçamento, remoções, lotações provisórias, e demais atos administrativos que dizem respeito ao MPT;**

A PGT conta com informativo semanal que garante transparência de vários atos e informes da gestão. Além disso, o PGT encaminha as mensagens de importância para a classe por mala direta de e-mail e WhatsApp. No entanto, ainda falta implementar um sistema de busca de portarias e atos administrativos para acesso às decisões e portarias de forma eficiente e transparente.

● Em andamento

### **5.4 Incrementar as ações de comunicação institucional, com foco nas mídias sociais;**

Divulgação das campanhas do MPT, como Abril Verde, Maio Lilás, combate aos trabalhos escravo e infantil, com destaque nos perfis institucionais das redes sociais (@mptrabalho).

● Finalizado

### **5.5 Intensificar a gestão proativa de inserção de grandes temas institucionais nas mídias;**

Busca proativa de profissionais da mídia para ampliar a repercussão da atuação finalística estratégica do MPT.

● Finalizado

### **5.6 Estimular a comunicação social nas atuações afetas das Coordenadorias Nacionais.**

Divulgação das campanhas e ações do MPT com destaque à atuação das coordenadorias nacionais temáticas.

● Finalizado

